

DEDICATÓRIA

A todos os meus familiares e amigos
que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos vão para todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho. Foram muitas as pessoas que me acompanharam nesta longa caminhada, às quais agradeço de uma forma especial, por todo o apoio prestado, pela amizade, dedicação, disponibilidade, compreensão e atenção, pois a sua força e motivação foi preciosa. Portanto, cabe-me deixar os meus profundos agradecimentos:

- À minha orientadora, Doutora Olga Ludovico, por todo o apoio e pela forma empenhada como acompanhou toda a minha caminhada, mostrando-se sempre disponível e disposta a ajudar.
- À minha orientadora, Mestre Maria Helena Horta, que ao longo desta caminhada sempre me apoiou de uma forma empenhada e dedicada, mostrando sempre o seu lado humano e amigo.
- Ao professor Júlio Andrade, que sempre se demonstrou disponível para ajudar.
- À educadora cooperante, que me ajudou a crescer, através da partilha e da troca de experiências e aprendizagens. Um grande obrigada pela compreensão e amizade demonstrada.
- Ao grupo de crianças da sala onde realizei a Prática de Ensino Supervisionada (PES), que me acolheu e ajudou nesta caminhada.
- A todos os pais/encarregados de educação, que participaram no estudo.
- A todas as pessoas do Jardim de Infância onde realizei a PES.
- À minha amiga e colega de estágio, Joana Sousa, pela força, motivação, companheirismo, espírito de equipa, partilha e por todos os momentos de reflexão em conjunto que nos fizeram crescer.
- Às minhas colegas de mestrado, pela amizade e pelos momentos de partilha, reflexão, cooperação e companheirismo que demonstraram ao longo deste percurso.
- À Cláudia Seródio, amiga e colega de mestrado, que sempre me apoiou e deu forças para continuar.

- À minha grande amiga Rute Cristina, pelas horas que dedicou a ler o meu relatório, por toda a amizade e incentivo.
- A todos os meus amigos que sempre acreditaram em mim e me deram forças para continuar. Um especial agradecimento à Cláudia Ramos, à Cláudia Urbano e à Teresa Casinha.
- À Professora Bernardete Veigas, por ter lido o meu relatório, dando a sua opinião.
- A todos os meus amigos dos escuteiros, em especial ao meu chefe António Pereira, à Nelsa Silva e à Edite Pereira, pela compreensão e preocupação que demonstraram.
- Ao meu chefe e amigo Hugo Costa, pelo apoio informático e pelos seus desenhos maravilhosos.
- À minha prima Vânia Graça, que sempre se mostrou disponível para ajudar.
- Às minhas tias, Fátima Graça e Maria Spencer, pela força e incentivo que prestaram durante a minha caminhada e por todos os momentos em que me ouviram e confortaram.
- A toda a minha família, pelo apoio e motivação, em especial:
 - À minha querida irmã, Imaculada Spencer, pela amizade, compreensão e ajuda prestada.
 - Ao meu irmão, Graciano Spencer, que foi um grande pilar e nunca me deixou desistir, apoiando-me sempre e transmitindo as suas boas energias. Obrigada por todos os momentos em que ouviste as minhas inseguranças e me disseste uma palavra amiga.
 - Ao meu pai, pelo carinho, amor e compreensão, mostrando-se sempre pronto a ajudar.
 - À minha mãe, pelo incentivo, pelo apoio, compreensão e paciência que demonstrou durante este ano. Um grande obrigada por teres acreditado em mim e dado forças para continuar.

A todos, o meu profundo agradecimento!

Resumo

Este relatório de investigação denomina-se “O desenvolvimento da formação pessoal e social na criança em contexto de jardim de infância”. Este estudo realizou-se num jardim de infância privado, localizado na cidade de Faro, no ano letivo de 2011/2012.

O presente estudo desenvolveu-se no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada e teve como principal objetivo conhecer a importância atribuída à formação pessoal e social na sua vertente de educação para a cidadania, numa sala de crianças de 3 anos.

Trata-se de uma investigação composta por uma vertente qualitativa e uma vertente quantitativa, que teve como participantes a educadora cooperante e os pais/encarregados de educação de dezasseis crianças da sala dos 3 anos.

Para a realização desta investigação, procedemos à análise documental do Projeto Educativo da Instituição e do Projeto Curricular de Grupo, a fim de conhecer o relevo que é dado a esta temática. Realizámos, ainda, uma entrevista semiestruturada à educadora, tendo como objetivos conhecer a importância que a mesma dá à formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania e, ainda, identificar as estratégias que utiliza para transmitir determinados valores cívicos. Por último, aplicámos um questionário aos pais/encarregados de educação, tendo como finalidade saber se estes observam nos seus filhos os valores cívicos transmitidos pela educadora.

Em conclusão, verificamos que, tanto a instituição, como a educadora, atribuem grande importância à formação pessoal e social. O estudo reforça a ideia de que, nos tempos que correm, não devemos descurar a formação de cidadãos livres, conscientes, solidários e participativos na vida social. Na verdade, esta é uma área que permite à criança vivenciar valores cívicos e morais, desenvolvendo, assim, a sua autonomia e o seu espírito crítico, como os pais/encarregados de educação bem esclarecem.

Palavras-chave: Jardim de Infância; formação pessoal e social; cidadania; estratégias; competências.

Abstract

This research report is called "The development of personal and social context of the child in kindergarten." This study took place in a private kindergarten, located in the city of Faro, in the academic year of 2011/2012.

The present study was developed within the course of Supervised Teaching Practice and aimed to know the importance given to personal and social education in its aspects of citizenship education, with 3 years old children.

This is an investigation composed of a qualitative and a quantitative aspect. The participants cooperating were the teacher and the parents of sixteen children aged 3 years.

To conduct this research, we analyzed the documentary Project Educational Institution and Curriculum Project Group, in order to know the importance that is given to this issue. We also performed a semistructured interview to the educator, aiming to meet the importance that she gives to personal and social education in its aspects of citizenship education and also identify the strategies that she uses to transmit certain civic values. Finally, we applied a questionnaire to parents / carers, and aims to know if they observe in their children the values transmitted by the civic educator.

In conclusion, we found that both the institution and the educator, attach great importance to personal and social education. The study reinforces the idea that, in these times, we should not neglect the formation of free citizens, aware, supportive and participative in social life. Actually, this is an area that allows the child to experience civic and moral values, thus developing their autonomy and their critical spirit.

Keywords: Kindergarten, personal and social education, citizenship, strategies, skills.

Índice Geral

Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract.....	vii
Índice Geral	viii
Índice de gráficos.....	xii
Índice de imagens	xiii
Índice de quadros.....	xiv
Índice de anexos	xv
Introdução.....	16
Parte 1: A Prática de Ensino Supervisionada	19
Capítulo I – Contextualização da Prática de Ensino Supervisionada.....	19
1. O meio envolvente.....	19
2. A instituição: organização e funcionamento	19
3. Síntese do Projeto Educativo	21
4. Síntese do Projeto Curricular de Grupo.....	23
5. Organização e gestão do ambiente educativo	25
5.1. Organização do espaço e materiais	25
5.2. Organização do tempo.....	27
6. Caracterização do grupo	28
Parte 2: Enquadramento conceptual	31
Capítulo II – Formação pessoal e social da criança no jardim de infância	31
1. Desenvolvimento global da criança.....	31
2. A formação pessoal e social no currículo da educação pré-escolar	34
2.1. Instrumentos de apoio, organização e gestão curricular	35
2.2. Educar para os valores.....	37

2.3. Educar para a cidadania.....	37
2.3.1. Definição do conceito de cidadania	40
3. A importância da formação pessoal e social na criança	42
3.1. O papel do educador.....	43
3.2. Benefícios e competências que promove na criança.....	44
4. O papel da família na formação pessoal e social.....	46
Parte 3: Estudo Empírico.....	48
Capítulo III – Metodologia	48
1. Natureza do estudo	48
2. Questões de pesquisa.....	50
3. Objetivos do estudo	50
4. Participantes no estudo	51
5. Opções e Procedimentos metodológicos	52
5.1. Delineamento do estudo	52
a) 1.º Momento.....	52
b) 2.º Momento.....	53
c) 3.º Momento.....	53
5.2. Recolha e tratamento de dados.....	54
5.2.1. 1.º Momento: Análise documental: Projeto Educativo e Projeto Curricular de Grupo.....	55
a) Elaboração das tabelas de consulta aos Projeto Educativo e Projeto Curricular de Grupo	55
b) Análise de conteúdo do Projeto Educativo e do Projeto Curricular de Grupo	55
5.2.2. 2.º Momento: Entrevista	56
a) Elaboração do guião da entrevista	56
b) Realização da entrevista	58
c) Análise de conteúdo da entrevista	58

5.2.3.	3.º Momento: Questionário	59
a)	Construção do questionário	60
b)	Pré-testagem do questionário.....	61
c)	Aplicação do questionário	61
d)	Tratamento dos dados recolhidos por questionário	61
Capítulo IV – Apresentação e Análise Interpretativa dos Dados		62
1.	A formação pessoal e social nos instrumentos de apoio, organização e gestão do currículo	63
1.1.	No Projeto Educativo	63
1.1.1.	Fundamentos teóricos	63
1.1.2.	Finalidades e objetivos.....	65
1.1.3.	Prioridades educativas/prioridades pedagógicas.....	66
1.2.	No Projeto Curricular de Grupo	67
1.2.1.	Fundamentos teóricos	67
1.2.2.	Finalidades e objetivos.....	69
2.	A formação pessoal e social, segundo a perspetiva da educadora.....	70
2.1.	Situação e percurso profissional.....	71
2.1.1.	Formação inicial.....	72
2.1.2.	Tempo de serviço docente	72
2.1.3.	Momentos mais marcantes.....	72
2.2.	Opções curriculares	72
2.2.1.	Valores educativos	72
2.2.2.	Perspetivas curriculares	73
2.3.	Formação pessoal e social nos dias de hoje	74
2.3.1.	Educação para os valores	74
2.3.2.	Crise de valores.....	75
2.4.	A família e a formação pessoal e social	76

2.4.1.	Trabalho desenvolvido com os pais.....	76
2.4.2.	Educação e formação dos pais.....	77
2.5.	A educadora e a formação pessoal e social.....	79
2.5.1.	A importância atribuída.....	79
2.5.2.	Intencionalidade educativa.....	80
2.5.3.	Diferenciação pedagógica.....	81
2.5.4.	Competências a desenvolver nas crianças.....	82
2.6.	O relevo atribuído à formação pessoal e social no Projeto Educativo e no Projeto Curricular de Grupo.....	83
2.6.1.	Importância atribuída pela instituição à educação para os valores.....	83
2.6.2.	A escolha da <i>Carta da Terra</i> para desenvolver a formação pessoal e social	84
3.	A formação pessoal e social segundo a perspectiva dos pais.....	84
4.	Análise de conjunto.....	90
	Considerações finais.....	93
	Referências Bibliográficas.....	99

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Locais de residência do grupo.....	28
Gráfico 2 - Número de irmãos por criança.....	29
Gráfico 3- Conhecimento dos pais sobre o trabalho desenvolvido pela educadora	85
Gráfico 4 - Forma como os pais tomaram conhecimento do trabalho desenvolvido pela educadora.....	86
Gráfico 5 - Os valores que as crianças evidenciam em casa e que poderão ser o resultado do trabalho desenvolvido no Jardim de Infância	87

Índice de imagens

Imagem 1 - Mapa da sala.....	26
------------------------------	----

Índice de quadros

Quadro 1 - Informação sobre os pais/encarregados de educação	51
Quadro 2 - Categorias e subcategorias da análise de conteúdo da entrevista.....	71
Quadro 3 – Princípios pedagógicos enunciadas no Projeto Educativo, no Projeto Curricular de Grupo e na <i>Carta da Terra</i> , que as crianças evidenciam em casa	88

Índice de anexos

Anexo I – Teia do Projeto Curricular de Grupo.....	3
Anexo II – Tabela de consulta do Projeto Educativo.....	5
Anexo III – Tabela de consulta do Projeto Curricular de Grupo.....	9
Anexo IV – Guião da entrevista à educadora cooperante.....	12
Anexo V – Protocolo da entrevista à educadora cooperante.....	16
Anexo VI – Primeiro tratamento da entrevista à educadora cooperante.....	26
Anexo VII – Pré-categorização da entrevista à educadora cooperante.....	35
Anexo VIII – Categorização da entrevista à educadora cooperante.....	48
Anexo IX – Questionário.....	61

Introdução

O presente relatório, intitulado “O desenvolvimento da formação pessoal e social na criança em contexto jardim de infância”, foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada (PES), no decorrer do ano letivo de 2011/2012.

Este tema surgiu no âmbito desta unidade curricular, uma vez que verifiquei que esta é uma área a que a educadora cooperante atribuía bastante importância no desenvolvimento da sua prática educativa.

Outro dos motivos pelo qual também escolhi este tema é por ir ao encontro do meu gosto pessoal, dado que considero muito importante promover determinados valores em jardim de infância, tendo este contexto um papel primordial no processo de socialização da criança. Este processo tem início no momento do nascimento, através dos primeiros agentes de socialização, ou seja, a família, e, posteriormente, continua no jardim de infância, através da intervenção educativa dos educadores.

Segundo as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), “a relação que a educadora estabelece com cada criança, a forma como a valoriza e respeita, estimula e encoraja os seus progressos, contribuem para a sua autoestima e constituem um exemplo para as relações que as crianças estabelecem entre si” (Ministério da Educação, 2007, p.52). Neste sentido, é importante que a educadora esteja consciente do papel que desempenha perante as crianças, pois esta deve ser um modelo, procurando desenvolver e criar hábitos de cidadania.

Cabe, então, ao educador ajudar no progresso da identidade de cada criança, fomentar as relações interpessoais, os hábitos de solidariedade, de partilha, de respeito por si e pelos outros, ou seja, trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento da formação pessoal e social (Ministério da Educação, 2007).

Com a realização desta investigação, pretendo aprofundar conhecimentos em duas das vertentes da formação pessoal e social, nomeadamente a educação para a cidadania e a educação para os valores, descobrindo, assim, a importância que estes têm na vida da criança em idade pré-escolar, bem como conhecer as estratégias que uma

educadora pode utilizar para “trabalhar” determinados valores, que são a base da formação de um cidadão autónomo, responsável e respeitador.

Sendo assim, esta investigação tem como principal finalidade conhecer a importância atribuída à formação pessoal e social na sua vertente de educação para a cidadania, numa sala de crianças de 3 anos.

No que diz respeito à metodologia, esta será uma investigação composta por uma vertente qualitativa, em que iremos recorrer à análise documental do Projeto Educativo (PE) e do Projeto Curricular de Grupo (PCG), à realização de uma entrevista semiestruturada à educadora; e uma vertente quantitativa que compreende a aplicação de um questionário aos dezasseis pais/encarregados de educação.

Quanto à estrutura da presente investigação, esta encontra-se organizada em três partes: a primeira destina-se à contextualização da PES; a segunda engloba o enquadramento conceptual; e a última parte corresponde ao estudo empírico. Por fim, teremos as considerações finais e apresentaremos os principais contributos do estudo em termos pessoais e profissionais.

Na primeira parte do trabalho, apresentamos uma pequena caracterização do meio envolvente, onde realizámos a PES, efetuamos a síntese do PE e do PCG, bem como a organização e gestão do ambiente educativo, que contempla a organização do tempo, do espaço e dos materiais, e ainda a apresentação do grupo.

O enquadramento conceptual é composto pelo capítulo II. Este capítulo denomina-se “Formação Pessoal e Social da Criança no Jardim de Infância” e encontra-se dividido em quatro pontos. Num primeiro ponto, iremos abordar o desenvolvimento global da criança, dos 3 aos 6 anos. Num segundo ponto, iremos salientar a importância da formação pessoal e social no currículo da educação pré-escolar. Este ponto é constituído por três subpontos: instrumentos de apoio, organização e gestão curricular; educar para os valores e educar para a cidadania. O terceiro ponto tem como título “A importância da formação pessoal e social na criança” e é composto por dois subpontos: o papel do educador e benefícios e competências que promove na criança. Num último ponto, apresentaremos o papel da família na formação pessoal e social da criança.

A terceira parte é composta pelo capítulo III, que diz respeito à metodologia. Este contém a natureza do mesmo, as questões de pesquisa, os objetivos do estudo, os participantes no mesmo e as opções e procedimentos metodológicos, que se dividem em dois, sendo um deles o delineamento do estudo e outro a recolha e tratamento de dados, que contemplam três momentos distintos.

Ainda na terceira parte encontra-se o capítulo IV, que se refere à apresentação e análise interpretativa dos dados. Este último capítulo divide-se, ainda, em quatro momentos distintos: a formação pessoal e social nos documentos estruturantes da ação educativa; a formação pessoal e social, segundo a perspectiva da educadora, no qual analisaremos as respostas obtidas na entrevista que lhe realizamos; a formação pessoal e social, segundo a perspectiva dos pais e, finalmente, uma análise de conjunto.

Por último, nas considerações finais, apresentarei os aspetos mais significativos, resultantes do estudo realizado.

Parte 1: A Prática de Ensino Supervisionada

Capítulo I – Contextualização da Prática de Ensino Supervisionada

1. O meio envolvente

A Instituição onde se desenvolveu a PES localiza-se na cidade de Faro.

Faro, capital do Algarve, situa-se no litoral, junto ao parque natural da Ria Formosa.

A cidade ocupa uma área total de 5, 412 km² e encontra-se dividida em duas zonas, a cidade velha (ou parte histórica da cidade) e a zona nova de habitações.

Relativamente às freguesias, apenas pertencem à cidade de Faro as freguesias da Sé e de S. Pedro, embora o concelho de Faro ainda esteja subdividido em mais quatro freguesias, nomeadamente: Santa Bárbara de Nexe, Montenegro, Conceição e Estoi.

Na cidade de Faro podem-se encontrar diversas infraestruturas e equipamentos, nos quais se incluem o Aeroporto de Faro, a Doca de Faro, a Universidade do Algarve, o Hospital Distrital, o Mercado Abastecedor da Região de Faro, o Teatro das Figuras, o Teatro Lethes, jardins e parques infantis.

O Jardim de Infância (JI) em questão insere-se na freguesia de S. Pedro, mais propriamente na zona nova de habitações, perto do centro da cidade. Na área circundante existem várias lojas de comércio, o posto da GNR, o Refúgio Aboim Ascensão, o Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres, o Mercado Municipal e o Fórum Algarve. Podem-se, ainda, encontrar vários jardins de infância, Escolas do 1.º Ciclo e uma Escola EB 2/3.

2. A instituição: organização e funcionamento

A instituição onde foi desenvolvida a PES é um estabelecimento de ensino particular, que oferece as valências de creche e de Jardim de Infância, e tem capacidade para cento e noventa e nove crianças. Possui, ainda, uma sala de primeiro ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que abriu no presente ano letivo.

A valência de creche é composta por três grupos, sendo o primeiro correspondente às salas de berçário (dos 4 aos 12 meses), o segundo às salas de aquisição da marcha (dos 12 aos 24 meses) e, por último, a sala dos 24 aos 36 meses.

O Projeto Educativo (PE) evidencia que a creche é vista como a primeira etapa do processo de socialização, tendo como principal objetivo valorizar o papel da família e do educador na construção do desenvolvimento da criança, bem como a importância da existência de um ambiente educativo acolhedor na formação da criança como um cidadão ativo, livre e autónomo.

Quanto à valência de JI é composta por quatro salas, sendo uma delas heterogénea (com crianças dos 3 aos 6 anos), e as restantes homogéneas (numa sala para crianças de 3 anos, de 4 anos e outra de 5 anos).

O JI funciona de setembro a agosto, estando encerrado para manutenção na segunda quinzena do mês de agosto. Quanto ao horário de funcionamento, este encontra-se aberto das sete horas e quarenta e cinco minutos às dezanove horas e trinta minutos.

O edifício onde funciona o JI foi construído em 1942, como casa de habitação que, posteriormente foi adaptada e requalificada. Mais tarde foi construído um novo edifício no exterior das instalações, sendo atualmente o JI formado, na sua totalidade, por três edifícios.

O primeiro edifício, que se situa no lado direito, é constituído pelo 1.º andar, rés-do-chão e uma cave. No rés do chão deste mesmo edifício encontra-se uma sala de JI (sala dos 4 anos), duas salas de berçário (dos 12 aos 24 meses), uma sala de acolhimento, três casas de banho para as crianças e uma para adultos, uma cozinha, um refeitório, uma despensa e uma lavandaria. O 1.º andar é composto por duas salas de berçário (dos 4 aos 12 meses), duas copas de leite, o gabinete da direção e uma casa de banho para as crianças.

Quanto ao edifício mais recente, é formado por duas salas de JI (sala heterogénea e sala dos 5 anos), duas casas de banho (uma para as crianças e outra para adultos e crianças com necessidades educativas especiais) e duas salas polivalentes.

O segundo edifício, que se situa no lado esquerdo, é formado pelo rés do chão e 1.º andar. No rés do chão encontra-se uma sala de jardim de infância (sala dos três anos), duas salas de berçário (dos 24 aos 36 meses), quatro casas de banho (três para as crianças e uma para o pessoal), dois refeitórios, uma sala de acolhimento, uma sala de primeiro ciclo e a biblioteca. No 1.º andar do mesmo edifício encontra-se uma sala de

música, uma sala para os educadores, uma sala de reuniões, uma casa de banho para o pessoal e uma sala com cacifos.

No que concerne ao espaço exterior, este é bastante amplo e encontra-se equipado com diversos materiais, nomeadamente um parque infantil, que se encontra numa área devidamente revestida com pavimento de borracha (*tartan*).

Neste espaço, pode ainda encontrar-se uma casa de jardinagem, dois canteiros para a horta pedagógica, um espaço para jogar futebol, uma caixa de areia e diversos canteiros com relva, flores, arbustos e árvores, assim como duas zonas devidamente protegidas e equipadas para as crianças da creche.

3. Síntese do Projeto Educativo

O PE é o instrumento no qual a instituição projeta toda a ação educativa, dando a conhecer os princípios pelos quais a mesma se rege, referindo o modo como se organiza, os objetivos traçados e a sua intenção pedagógica.

O PE da instituição intitula-se “O Mundo na Ponta dos Dedos” e tem a duração de três anos letivos, sendo o ano de 2011/2012 o último.

Este projeto surge da necessidade de incutir nas crianças regras de preservação da natureza, uma vez que estas crianças serão o futuro da sociedade e, desta forma, poderão estar mais despertas para melhorar o mundo, preservando o que de mais precioso temos.

O PE é, pois, o instrumento pelo qual a Instituição orienta toda a ação educativa e afirma a sua identidade, que se reflete na organização e intenção pedagógica.

Este documento tem como principal objetivo orientar a ação pedagógica dos educadores, auxiliando a comunicação entre os intervenientes no processo educativo e, ainda, valorizar o desenvolvimento da aprendizagem e da articulação entre o JI e o 1ºCiclo do Ensino Básico.

Este documento encontra-se dividido em vários pontos, nomeadamente: a caracterização do meio envolvente, a caracterização da instituição, o enquadramento teórico, a emergência do projeto, a teia do mesmo, os objetivos gerais por áreas de desenvolvimento e a avaliação.

No que à caracterização do meio envolvente diz respeito, neste ponto é explicado onde se situa o JI, bem como os serviços que se encontram no meio mais próximo.

No segundo ponto, caracterização da instituição, encontram-se todas as ofertas educativas que a mesma oferece a toda a comunidade.

No que ao enquadramento teórico diz respeito, este ponto realça que o PE é o instrumento pelo qual a Instituição orienta toda a ação educativa, esclarecendo as finalidades e as funções da mesma, bem como apresenta os problemas e modos possíveis de resolução, tendo em conta os recursos que podem ser mobilizados.

O projeto tem como principal finalidade orientar a ação pedagógica dos educadores, facilitando a comunicação entre os diversos intervenientes no processo educativo. Um dos focos principais do PE é a afirmação da identidade da Instituição, que se reflete na sua organização e intenção pedagógica.

No quarto ponto, é descrita a sua justificação, os seus princípios, bem como os seus objetivos.

Segundo o explicitado no PE, o JI tem como objetivos gerais,

“ajudar as crianças a crescerem de forma autónoma e solidária; proporcionar-lhes oportunidades de desenvolvimento em diferentes níveis cognitivo, afetivo, moral e físico; fornecer-lhes os instrumentos mais necessários às aprendizagens futuras; integrar as aprendizagens no *background* cultural de cada criança e sua família; fomentar uma contínua colaboração entre a escola e a família” (PE, 2009, p.12)

A instituição apresenta, ainda, como objetivo a inserção do JI na comunidade envolvente. Pretende, também, estabelecer contactos interinstitucionais; promover a formação contínua da equipa educativa; explorar as diferentes áreas de conteúdo, dando alguma atenção à expressão oral, dramática, corporal, à expressão plástica e musical, bem como à promoção de passeios e visitas; apoio escolar, educação física e inglês; promover atividades extracurriculares como, informática, karaté, danças educativas; proporcionar eventos culturais e desportivos, intercâmbios e campos de férias.

No primeiro ano de existência deste PE foi explorado o tema “Universo”, no segundo a “Evolução da Terra até aos dias de hoje” e no presente ano letivo será explorada a *Carta da Terra*.

Este documento defende que todas as pessoas devem respeitar a natureza e os direitos humanos, procurando a paz entre todos os povos.

Este PE tem, pois, como principal objetivo educar para os valores, e conta com a ajuda de todos os intervenientes educativos (desde os educadores às crianças, passando pelos pais e pela comunidade educativa).

A partir desta temática pretende-se abordar diversas áreas de conteúdo e domínios, assim como sensibilizar a criança, a sua família, os amigos e a comunidade para a construção de um mundo melhor para todos os seres vivos.

De acordo com o PE, ao explorar as diferentes áreas de conteúdo é permitido às crianças desenvolverem novas aprendizagens através da criatividade, da imaginação, da descoberta e da partilha.

A Instituição defende que “as crianças absorvem melhor os conhecimentos se estes forem transmitidos de uma forma criativa e num ambiente de expressão artística” (PE, 2009, p.15), pois é através da exploração e da descoberta que desenvolvem os conhecimentos e as capacidades, que os ajudam a avançar para uma nova fase de desenvolvimento.

Deste modo, outro dos principais objetivos deste PE é promover uma ação pedagógica significativa e diferenciada junto de cada criança (como um ser individual) e de cada grupo, envolvendo as crianças no projeto, permitindo, assim, o seu desenvolvimento nas diferentes áreas, a sua autonomia e criatividade.

Quanto à avaliação, a instituição propõe-se realizar algumas reuniões semanais com o pessoal docente, uma reunião geral no final do ano letivo, reuniões trimestrais com os encarregados de educação e inquéritos aos mesmos.

4. Síntese do Projeto Curricular de Grupo

O PCG é um instrumento que auxilia o educador na tomada de decisões, relativamente à forma como prevê guiar o desenvolvimento e a aprendizagem do seu grupo, a partir dos princípios enunciados no PE da Instituição.

Este PCG encontra-se dividido em seis pontos. São eles: a caracterização da sala; a caracterização do grupo; o porquê do tema escolhido; como é desenvolvido; o cronograma e a avaliação.

O projeto curricular de grupo denomina-se “ Os Exploradores cuidam da Terra”, título que foi escolhido pelas crianças. O tema deste projeto surge da necessidade de “sensibilizar as crianças, as famílias, os amigos e a comunidade envolvente para a

importância da construção de um mundo melhor” (PCG, 2011/2012, p. 9), bem como salientar a importância da educação ambiental nos dias de hoje. Tem como principal objetivo a formação de um “bom cidadão”.

Esta temática vai ao encontro dos princípios definidos pela *Carta da Terra*. De acordo com o PCG, “a Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica”. Este documento refere que devemos cuidar do mundo, respeitar a natureza e respeitar os direitos humanos.

A *Carta da Terra* é constituída por dez princípios, que contêm valores essenciais para o desenvolvimento e crescimento de um ser humano consciente e solidário, que respeita e valoriza o seu planeta, as pessoas de outros países, línguas, costumes ou religiões.

Segundo este documento, os dez princípios da *Carta da Terra* são: “conhecer e proteger as pessoas, animais e plantas; respeitar a vida de todos os seres vivos; respeitar e valorizar os elementos do meio ambiental (água, ar e terra); reduzir, reciclar e reutilizar; promover o conhecimento do local onde vivo; sensibilizar para uma boa gestão dos bens essenciais, para que todos tenham qualidade de vida; incentivar a igualdade de direitos; respeitar as diferenças culturais (religião, raça, cor e sexo...); sensibilizar para a importância dos afetos; sensibilizar a importância dos meios de comunicação para conhecer o mundo e torná-lo melhor”.

Este PCG será desenvolvido de acordo com os objetivos gerais estabelecidos no PE da instituição, que seguem, por sua vez, as linhas orientadoras expressas nas OCEPE, no que diz respeito às áreas de conteúdo e domínios a desenvolver, tais como, a área de formação pessoal e social, a área do conhecimento do mundo e a área de expressão e comunicação, que engloba os domínios da matemática, da linguagem oral e abordagem à escrita, da expressão motora, da expressão musical, da expressão plástica e da expressão dramática. Este projeto tem por base uma grande vertente lúdica, pois “a infância deve caminhar de mãos dadas com a brincadeira e com o jogo simbólico” (PCG, 2011/ 2012, p. 3), sendo essencial para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

O PCG apresenta uma teia (Anexo 1), onde constam todos os conteúdos que irão ser trabalhados ao longo do ano letivo, bem como um cronograma que assinala algumas datas festivas.

Por fim, no ponto da avaliação, a educadora salienta a importância da mesma na sua ação pedagógica dizendo que “é necessário que saibamos avaliar, pois nem todas as crianças são iguais e têm ritmos de aprendizagem diferentes” (PCG, 2011/2012, p. 16).

5. Organização e gestão do ambiente educativo

O ambiente educativo deve estar organizado de forma a facilitar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

No JI a organização do ambiente educativo é considerada a base do trabalho curricular do educador, na medida em que é neste contexto que se efetuam a maior parte das aprendizagens e onde também se realizam as interações entre todos os intervenientes educativos, nomeadamente entre crianças, entre crianças e adultos e entre adultos.

Deste modo, cabe ao educador a organização deste ambiente, que deve estar adequado à população de crianças que a frequenta, tendo sempre em conta a relação dinâmica existente com o meio, isto é, o meio influencia o indivíduo, mas também o indivíduo influencia o meio.

5.1. Organização do espaço e materiais

A sala de atividades onde realizei a PES localiza-se no novo edifício da instituição. Possui dimensões que ultrapassam o estipulado na lei, é bem iluminada e arejada, uma vez que tem duas grandes janelas na lateral e quatro portas que dão acesso para o exterior. A sala tem uma boa acústica e o chão é revestido por material antiderrapante.

No interior da sala encontram-se várias cadeiras e duas mesas de trabalho, que estão dispostas de modo a facilitar o desenvolvimento de atividades em grande grupo, em pequeno grupo, ou individualmente. Neste espaço encontram-se, ainda, dois armários com materiais de desgaste. Estes são adequados à faixa etária e encontram-se bem arrumados e acessíveis às crianças.

Nas paredes da sala, por opção da educadora, encontram-se vários espaços para expor os trabalhos, isto é, o espaço dos trabalhos de matemática, de linguagem oral e

abordagem à escrita e de expressão plástica, bem como, um placard de cortiça, onde se coloca o que as crianças realizaram ao longo do fim de semana.

No que respeita à organização da sala, esta encontra-se dividida por oito áreas distintas, sendo elas: a área da biblioteca, que possui três sofás para crianças e um armário, com uma grande variedade de livros para a infância; a área dos jogos, onde se encontram diversos jogos pedagógicos; a área da casinha, que é composta por um móvel de cozinha com diversos utensílios e uma mesa; a área da garagem, onde se pode encontrar um tapete plástico com desenhos de estradas, sinais de trânsito e, ainda, carros de vários tamanhos; a área do cabeleireiro, que contém um espelho e diversos utensílios de cabeleireiro; a área da dramatização, que é composta por um baú com bonecos, roupas e acessórios. E, por último, a área do diálogo, onde as crianças se reúnem todas as manhãs para cantar o “bom dia”, lanchar e fazer a meditação. Na imagem 1 apresenta-se o mapa topológico da sala.

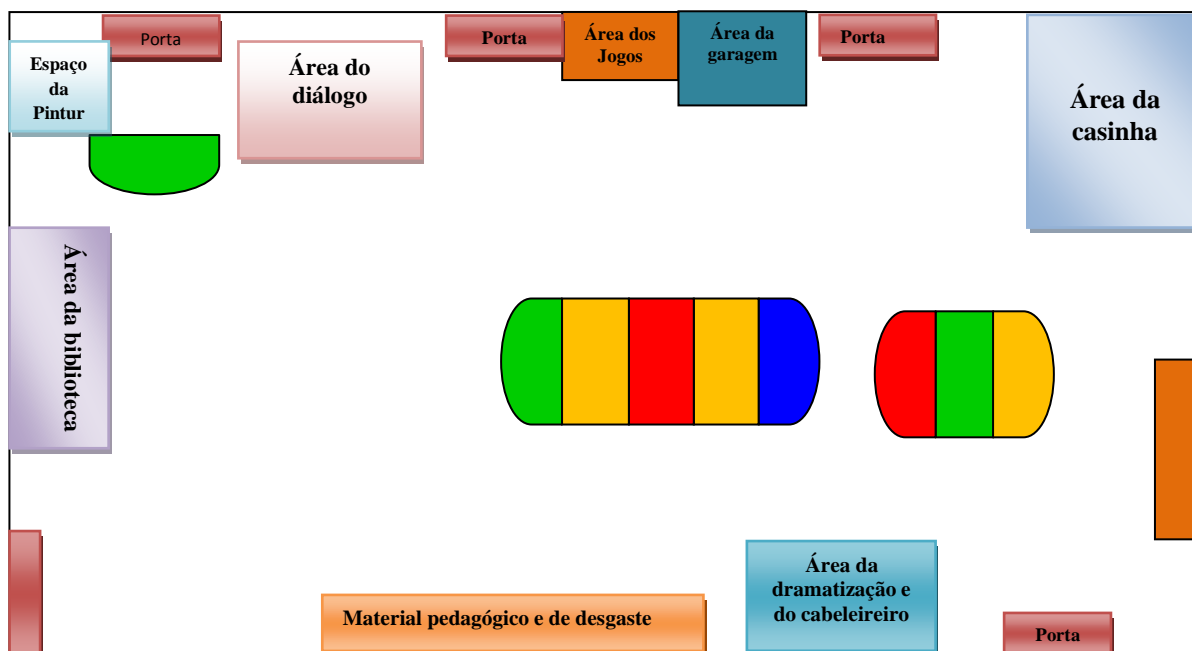


Imagem 1 – Mapa topológico da sala

A sala também dispõe de um espaço para pinturas (*atelier* de pintura), onde se pode encontrar um cavalete com suporte para tintas e aventais.

Todas as áreas se encontram devidamente equipadas com materiais adequados à faixa etária e acessíveis às crianças, facilitando a sua utilização de forma autónoma.

A casa de banho destinada à sala encontra-se ao lado, num espaço independente. Este espaço possui três sanitas, três lavatórios e um duche.

5.2. Organização do tempo

A organização do tempo é feita através de rotinas: o acolhimento, a hora do lanche, a meditação, a higiene, o almoço e as atividades livres e orientadas.

As rotinas diárias incluem uma sequência de atividades e momentos distintos desde que a criança chega ao jardim de infância até ao momento em que se vai embora.

Com as rotinas, a educadora pretende que as crianças repitam os vários momentos, a fim de desenvolverem a autonomia e a compreensão do tempo (passado, presente e futuro). Deste modo, as crianças vivem as várias situações do quotidiano, num clima de segurança e confiança, tornando-as capazes de desempenharem as funções que a educadora lhes atribui, pois sabem o que podem fazer nos diferentes momentos e prever a sua sucessão.

Diariamente, as crianças começam a chegar por volta das 8h00m e são acolhidas pela educadora. Até às 9h30m realizam atividades livres, nas diferentes áreas de desenvolvimento.

Às 9h30m as crianças arrumam as áreas e sentam-se na área do diálogo para lanchar. Por volta das 10h00m, inicia-se a meditação ao som de uma música relaxante e de uma pequena história que leva as crianças a imaginar diversas situações do quotidiano. Após este momento as crianças realizam a sua higiene.

Às 10h30m as crianças têm atividades orientadas, que se realizam na sala de atividades ou na sala polivalente, como é o caso da expressão motora e corporal.

Por volta as 11h00m as crianças vão para o recreio e às 11h45m fazem o comboio para ir fazer a higiene e almoçar.

No período da tarde, as crianças fazem a sesta das 12h30m às 15h00m, seguindo-se a sua higiene. Mais tarde, por volta das 15h30, algumas crianças frequentam as atividades extracurriculares, nomeadamente o inglês, a dança e o karaté.

Às 16h00m realizam-se as atividades orientadas até às 16:30, hora em que vão para o recreio. Por volta das 17h00m voltam para a sala de atividades e realizam atividades livres até às 19h00m.

Esta rotina é flexível, podendo ser alterada consoante as necessidades das crianças e as atividades que a educadora pretende realizar.

6. Caracterização do grupo

De acordo com as OCEPE, “o grupo proporciona o contexto imediato de interação social e de relação entre adultos e crianças que constitui a base do processo educativo” (Ministério da Educação, 2007, p.34), tornando-se importante conhecer o mesmo para que o educador consiga dar respostas às dificuldades e interesses de cada criança.

Como já foi referido anteriormente, a sala de atividades é composta por um grupo homogéneo de 16 crianças relativamente à sua idade, sendo oito meninos e oito meninas, que se encontram na faixa etária dos 3 anos, à data de 31 de dezembro de 2011. O número reduzido de crianças deve-se ao facto de uma delas ter necessidades educativas especiais, e ser acompanhada por uma educadora de ensino especial.

Diariamente, estas crianças são acompanhadas por uma educadora de infância e duas auxiliares.

Todas as crianças que frequentam esta sala são de nacionalidade portuguesa e provêm de um meio socioeconómico e cultural médio-alto. Estas pertencem a famílias estruturadas, em que os pais, na sua maioria, desempenham uma atividade laboral, onde se destacam: empresários, professores, técnicos de saúde, engenheiros, jornalistas, cabeleireiros e empregados de comércio.

Relativamente ao local de residência, a maioria das crianças reside em Faro, havendo uma pequena percentagem que reside nos arredores ou fora da cidade, tal como podemos verificar no gráfico 1.

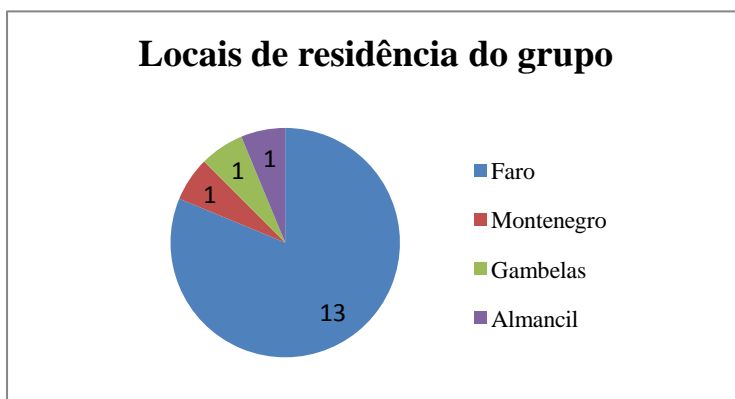


Gráfico 1 - Locais de residência do grupo

No que diz respeito ao número de irmãos, pode-se verificar no gráfico 2 que sete crianças não têm irmãos, seis têm somente um irmão, apenas duas crianças têm dois irmãos e uma criança tem três irmãos.

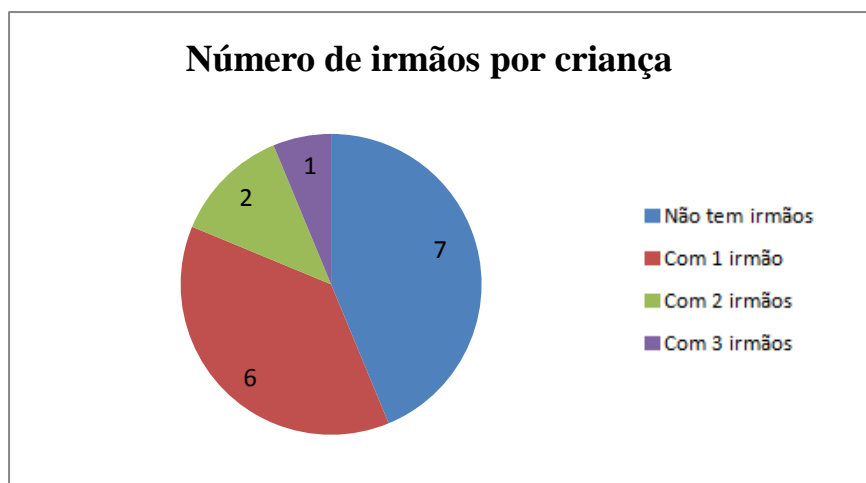


Gráfico 2 - Número de irmãos por criança

É um grupo ativo, que gosta de participar em todas as tarefas, demonstrando interesse nas atividades. De modo geral, o grupo é assíduo e respeitador das regras estabelecidas.

Quanto à área de formação pessoal e social, na sua maioria, as crianças já conseguem identificar o seu nome e sabem dizer a idade. É notável o desenvolvimento de várias competências sociais, uma vez que são capazes de respeitar os colegas, partilhar os materiais e brinquedos e respeitar as regras estabelecidas. Demonstram ser crianças autónomas em relação à higiene, alimentação e à utilização dos materiais.

Na área de Expressão e Comunicação e no domínio da expressão motora, no que diz respeito à motricidade fina, de um modo geral, as crianças demonstram alguma destreza, e na sua maioria já conseguem segurar corretamente o lápis e o pincel. Contudo, algumas crianças demonstram dificuldades ao nível da pressão do lápis sobre o papel. Quanto à motricidade global, as crianças saltam e trepam obstáculos sem dificuldades e correm com segurança.

No domínio da expressão dramática, as crianças apresentam competências a nível da prática do jogo simbólico, da representação de papéis imaginários, recorrendo ao faz de conta e a reproduções de situações do quotidiano.

No domínio da expressão plástica, as crianças, de um modo geral, manifestam um enorme gosto pela pintura, gostam de explorar diferentes materiais e são capazes de interpretar os seus desenhos.

No domínio da expressão musical, verifica-se que as crianças gostam muito de cantar, aprendem facilmente as canções e conseguem reproduzir algumas canções simples.

Relativamente ao domínio da expressão oral e abordagem à escrita, de um modo geral, as crianças são bastante comunicativas, gostam de dar a sua opinião e, na sua maioria, articulam corretamente as palavras. Contudo, existem algumas crianças em que a oralidade está pouco desenvolvida. O grupo gosta bastante de ouvir histórias e de trazer livros para partilhar com os amigos, ou seja, pedem aos pais para levar os livros para a sala, para a educadora contar a história para todo o grupo.

Quanto ao domínio da matemática, as crianças já identificam algumas figuras geométricas, elaboram puzzles, nomeiam as cores principais e já identificam os números até três, embora algumas crianças já consigam contar até dez.

No que diz respeito à área do conhecimento do mundo, as crianças demonstram uma grande curiosidade e interesse em saber mais sobre a sua cidade, sobre outras culturas e sobre a preservação do meio ambiente, ou seja, estão sensibilizadas para a proteção do meio ambiente e respeito pelo próximo.

Parte 2: Enquadramento conceptual

Capítulo II – Formação pessoal e social da criança no jardim de infância

1. Desenvolvimento global da criança

Para melhor compreender a formação pessoal e social da criança torna-se importante entender o desenvolvimento global da mesma, dos 3 aos 6 anos, em termos de desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento psicossocial e desenvolvimento moral.

O desenvolvimento da criança nesta faixa etária resulta das mudanças que vão ocorrendo na sua vida, na sua estrutura, ao nível cognitivo, social e moral. Estas mudanças resultam da interceção entre fatores biológicos e contextuais.

Weiten (2002) refere que Jean Piaget contribuiu bastante para a compreensão do desenvolvimento das crianças, pois este estudou intensivamente os seus comportamentos, traçando assim um mapa de estádios de desenvolvimento cognitivo e motor. Piaget vê a criança como alguém que cria e recria o seu próprio modelo de realização, atingindo um crescimento mental por integração de simples conceitos de nível mais elevado ao longo dos estádios. Porém, a aprendizagem deve ter em conta os interesses, as necessidades e as expectativas das crianças, nunca esquecendo o ritmo de aprendizagem de cada uma.

De acordo com Weiten (2002), nos estádios de desenvolvimento cognitivo, propostos por Piaget, a inteligência desenvolve-se progressivamente e atravessa uma série de quatro estádios de desenvolvimento: o período sensório-motor (do nascimento até aos dois anos), o pré-operatório (de 2 a 7 anos), o operatório concreto (de 7 a 11 anos) e o operacional formal (de 11 anos até à fase adulta).

Assim, a nível cognitivo, as crianças em idade pré-escolar encontram-se no período pré-operatório do desenvolvimento (dos 2 aos 7 anos), que se caracteriza pelo desenvolvimento do pensamento simbólico marcado pela irreversibilidade, descentração e egocentrismo.

A criança que se encontra nesta faixa etária não consegue compreender conceitos abstratos, uma vez que para elas tudo é real e concreto. Ela tem uma grande capacidade de imaginação e criatividade, gosta de representar papéis, através do faz de conta.

De acordo com Tavares e Alarcão (1992), esta fase caracteriza-se pelo aparecimento da função simbólica, visto que a criança recorre à representação mental de realidades, ações e objetos, utilizando a linguagem, o desenho e o jogo simbólico.

Ainda nesta fase, a criança pode apresentar dois tipos de pensamento: o pré-conceptual, que ocorre entre os 2 e os 4 anos e onde prevalece o pensamento mágico, animista, realista, finalismo (o porquê? e para quê?), global e confuso, em que o todo e as partes, o particular e o geral, o essencial e o acessório são confusamente articulados; e o pensamento intuitivo, que vai dos 4 aos 7 anos e onde a criança se liberta gradualmente do pensamento egocêntrico e revela uma grande curiosidade, começando a ser capaz de respeitar normas e regras.

Para melhor compreender a criança também é importante conhecer o desenvolvimento psicossocial do ciclo de vida de Erikson. Ainda de acordo com Weiten (2002), a personalidade é moldada pela maneira como os indivíduos lidam com esta crise psicossocial. Assim, Erikson divide o ciclo de vida em oito estágios, em que cada um é caracterizado por uma crise ou um conflito psicossocial, que envolve as transições em relações sociais importantes.

As crianças em idade pré-escolar encontram-se no estágio 2 e 3 da crise psicossocial. O segundo estágio diz respeito à autonomia versus vergonha e dúvida. Este manifesta-se durante o segundo e o terceiro ano de vida. Nesta fase, a criança adquire a sua autossuficiência, isto é, há uma necessidade desta se tornar autónoma ao nível da sua higiene pessoal, alimentação e rotina diária (vestir, calçar), embora ainda necessite da ajuda do adulto.

No terceiro estágio, a iniciativa versus a culpa ocorre do quarto ao sexto ano de vida, sendo caracterizado pela formação da identidade e pelo processo de socialização. Ou seja, nesta fase a criança encontra-se no processo de construção da sua identidade, dado que quer descobrir a pessoa que é. A própria é acompanhada por inúmeras emoções (ansiedade) e sentimentos (o medo, a ira, os afetos e a alegria), que devem ser geridos da melhor maneira, para que esta seja uma criança com autoconfiança e que a autoestima se mantenha elevada.

A criança tem iniciativa própria e já demonstra capacidades para resolver os seus problemas. Por outro lado, esta debate-se com a culpa, o fracasso e as frustrações por ter feito algo errado. Assim, a criança adquire também os padrões morais, ou seja, já consegue distinguir o certo do errado.

Nesta linha de pensamento, é essencial compreender o desenvolvimento moral da criança. De acordo com Kamii (1996, p. 42), Piaget defende que o desenvolvimento moral “é a «interiorização» de valores e de regras sociais inicialmente exteriores à criança”, considerando-o assim um processo de construção do interior da mesma.

De acordo com Lourenço (1998), a criança em idade pré-escolar apresenta uma moralidade heterónima, que se caracteriza pela moral de obediência, constrangimento e respeito unilateral, ou seja, à ausência de noção de grupo, de responsabilidade e de respeito mútuo.

As crianças que se encontram na moralidade heterónima dependem do adulto, que é o juiz do que é certo e errado, fazem julgamentos assentes na realidade objetiva, relativa às consequências da ação e da sua conformidade face às regras. Estas regras são absolutas e devem ser respeitadas porque há punição, fazendo, assim, com que as crianças tenham medo do castigo.

Quanto à moralidade autónoma, segundo Lourenço (1998, p. 63), esta “é uma moral de cooperação e de respeito mútuo”, ou seja, baseada na igualdade, na reciprocidade e no acordo e menciona, ainda, que as crianças que se encontram nesta moralidade “já interiorizaram as normas e as convenções sociais”.

Para melhor compreender o desenvolvimento global da criança torna-se necessário abordar a perspectiva interacionista de Vygotsky e a perspectiva construtivista de Bruner.

Segundo Vygotsky (1998) a primeira infância tem um papel fundamental no desenvolvimento cultural da criança, pois é através da interação social que a mesma desenvolve um conjunto de instrumentos socioculturais que promovem o desenvolvimento humano. Por outras palavras, o indivíduo pertence a determinada sociedade e acaba por ser influenciado pela cultura da mesma.

De acordo com Bruner (1997, p. 44) a cultura é constitutiva da mente, uma vez que “as oportunidades culturais desempenham um papel crítico na selecção das características neurológicas, na evolução do homem”. Sendo Bruner um socioconstrutivista, defende que a criança constrói o seu conhecimento através das suas vivências e interações sociais.

2. A formação pessoal e social no currículo da educação pré-escolar

A formação pessoal e social está presente no currículo da educação pré-escolar e assume um lugar de destaque, na medida em que esta área é vista com uma área transversal e integradora.

Para melhor compreender a formação pessoal e social no currículo da educação pré-escolar torna-se importante perceber a origem desta área.

Primeiramente, é referida na Constituição da República Portuguesa, quando no seu artigo 1.º, é mencionado que “ Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”, remetendo, assim, para a democracia e para a cidadania, com o fim de melhorar a sociedade onde vivemos.

Também a Lei de Bases do Sistema Educativo, na secção da educação pré-escolar, no artigo 5º, ponto 1, alínea e), indica que “a educação pré-escolar deve fomentar a integração social da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento social”.

Ainda a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97 de 10 de fevereiro), no capítulo IV (princípios gerais pedagógicos), no seu artigo 10.º (objetivos da educação pré-escolar), na alínea a) refere que um dos objetivos da educação pré-escolar é “promover o desenvolvimento pessoal e social das crianças com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania”.

Um dos documentos orientadores do currículo da educação pré-escolar são as OCEPE, do Ministério da Educação. Este documento reúne um conjunto de princípios que apoiam e guiam o educador sobre a sua prática pedagógica, tornando-se um instrumento útil para sua reflexão e avaliação da mesma. Assim, podemos afirmar que este documento poderá contribuir “para que a educação pré-escolar de qualidade, se torne motor de cidadania, alicerce de uma vida social, emocional e intelectual, que seja um todo integrado e dinâmico para todas as crianças portuguesas e não apenas algumas” (Ministério da Educação, 2007, p. 7).

No que concerne à formação pessoal e social, este documento declara que “a formação pessoal e social é uma área transversal, dado que todas as componentes curriculares deverão contribuir para promover nos alunos atitudes e valores que lhes

permitam tornar-se cidadãos conscientes e solidários, capacitando-os para a resolução de problemas” (Ministério da Educação, 2007, p. 51).

Neste sentido, é importante referir que esta área expressa nas OCEPE contempla a educação para os valores, referindo que o JI é um contexto privilegiado que possibilita a interação com determinados valores que permitem que a criança “vá aprendendo a tomar consciência de si e do outro” (Ministério da Educação, 2007, p. 53). Através destas interações a criança irá desenvolver a sua identidade e, posteriormente, a sua independência e autonomia. É importante realçar que “este processo de desenvolvimento pessoal e social decorre de uma partilha do poder entre o educador, as crianças e o grupo” (Ministério da Educação, 2007, p. 53). Esta área também é composta pela educação multicultural, a educação estética e a educação para a cidadania.

De igual modo, o documento emanado do Ministério da Educação (2010) *Metas de Aprendizagem para a Educação Pré-Escolar*, define as metas que as crianças deverão ter atingido no final da educação pré-escolar.

Neste documento, a área da formação pessoal e social é composta por trinta e duas metas, que se encontram ainda divididas em cinco domínios: o da *identidade/auto-estima*, que está relacionado com as características individuais, a confiança, as necessidades, as emoções e os sentimentos; o domínio da *identidade/autonomia*, que abrange o conceito de autonomia e a capacidade de agir sem a ajuda dos outros; o domínio da *cooperação*, que está relacionado com as relações entre as crianças; o domínio da *convivência democrática/cidadania* que apresenta metas que realçam a importância do respeito pela natureza, pelos outros e, ainda refere a importância da participação na vida democrática do grupo; e, por fim, temos o domínio da *solidariedade/respeito pelas diferenças*, em que se visa o respeito pelas diferenças físicas, de capacidade, de género, de etnia, de cultura e de religião.

2.1. Instrumentos de apoio, organização e gestão curricular

Tendo por base o decreto-lei n.º 115-A/98, artigo 3º, ponto 2, alínea a, o PE é “o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se

explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa”.

De acordo com o Ministério da Educação (1998), na obra *Qualidade e Projeto na Educação Pré-Escolar*, o processo de elaboração de um PE passa por várias etapas. A primeira é a caracterização/diagnóstico da situação, ou seja, este ponto inclui toda a informação necessária para que a instituição possa funcionar melhor e ser capaz de dar respostas adequadas à comunidade. Outra das etapas é a elaboração do projeto, em que serão determinadas as finalidades, os objetivos e as prioridades educativas, sem esquecer de incluir as formas de organização da instituição, de modo a dar resposta às crianças e à comunidade.

Finalmente, este documento deverá conter a previsão das formas de avaliar, ou seja, deve existir uma avaliação e reflexão do processo de realização do PE.

Quanto ao PCG, este é definido como “a forma particular como, em cada contexto, se reconstrói e apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidades próprias e construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequando à consecução das aprendizagens que integrem o currículo para os alunos concretos daquele contexto” (Roldão, cit. por Ludovico, 2008, p. 34). Por outras palavras, o PCG é um retrato do educador e do grupo, uma vez que este é diferente de educador para educador, tem em conta determinado contexto e em consideração as características do meio e das crianças em questão, no que diz respeito às suas necessidades, interesses, diferenças e ritmos de aprendizagem.

Assim, de acordo com Ludovico (2008), o PCG deve conter: a caracterização do grupo de crianças, onde deverá estar referenciado o nível etário, o número total de crianças, o número de crianças por género, o contexto familiar, o meio sociocultural, o desenvolvimento global das crianças, as capacidades, as necessidades, os interesses e as motivações; a caracterização dos espaços, em que deverá ser referido as dimensões da sala, os equipamentos, os mobiliários, os materiais e sua organização, sem excluir os recursos materiais e humanos utilizados, a metodologia privilegiada pelo educador; os objetivos gerais e específicos, que têm por base a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar; as competências; as estratégias/atividades; a organização do ambiente educativo; e a avaliação.

Em síntese, o PE e o PCG como elementos estruturantes da ação educativa têm um papel muito importante, pois estes espelham o que a instituição e a educadora pretendem desenvolver a nível da formação pessoal e social.

2.2. Educar para os valores

Uma das grandes finalidades da educação pré-escolar situa-se ao nível da formação da criança, de onde se destaca a grande importância atribuída à educação dos valores, pois, a educação pré-escolar deve “formar cidadãos para a sociedade que faz parte” (Andrade, 1992, p. 51) e contribuir para a construção da cidadania na criança.

Também as OCEPE mencionam que a educação pré-escolar tem um papel fundamental na educação para os valores, na medida em que esta possibilita “a interação com diferentes valores e perspetivas [constituindo, assim], um contexto favorável para que a criança vá aprendendo a tomar consciência de si e do outro” (Ministério da Educação, 2007, p. 52).

O conceito de valor é um pouco difícil de definir. Este deriva da palavra latina “valore”, que designa aquilo que vale alguma coisa e que tem merecimento. Também, Piaget define valor como “aquilo que valorizamos e que orienta a nossa tomada de decisão em situações normativas ou prescritivas” (Garcia, 2009, p. 11).

Os valores são qualidades que se vivenciam e que são muito importantes no equilíbrio da personalidade, pois estes são considerados como metas, objetivos, fins que orientam a tomada de decisão. Contudo, os valores encontram-se “ligados às motivações e desejos, dependendo, portanto, da energia emocional e sentimental que impulsionam as acções” (Sousa, cit. por Marques, 2002, p. 15).

É importante referir que os valores se constroem através da relação com os outros e o meio exterior, a partir do momento em que nascemos até ao final das nossas vidas.

Deste modo, a educação para os valores verifica-se em todos os momentos das interações interpessoais que a criança estabelece no seio familiar, na sociedade onde vive ou, até mesmo, em contexto de JI, através das interações que estabelece com toda a comunidade educativa.

2.3. Educar para a cidadania

Nos tempos que correm, vivemos numa sociedade que está em constante mudança. Esta mudança, acompanhada de uma grande “crise de valores”, deve-se à

globalização industrial e económica. Daqui surge a necessidade de tornar a educação para a cidadania uma prioridade da educação básica.

A educação para a cidadania não se limita à aprendizagem dos direitos e dos deveres dos cidadãos. Ela deve visar a “construção da uma «escola democrática», onde é possível vivenciar situações de mútuo (re)conhecimento, valorização e respeito, que assume um carácter formativo e potencializador dessa formação nos vários contextos de vida dos indivíduos” (Leite e Rodrigues, 2001, p.24).

É importante salientar que a educação para a cidadania é mais do que uma educação cívica, uma vez que tem como objetivo formar indivíduos autónomos, responsáveis e capazes de participar na vida da sociedade.

Sendo assim, educar para a cidadania significa educar para o respeito pelo outro, desenvolver a vontade do indivíduo, para compreender os valores democráticos, participar na sua construção e, posteriormente, vivenciá-los.

Também com este tipo de educação se pretende sensibilizar para a proteção dos lugares onde vivemos com o outro, da nossa escola, casa, cidade, país e até do nosso mundo, com a finalidade de nos tornarmos mais saudáveis, mais justos e mais humanos, valorizando o que a natureza e os outros nos oferecem. Para tal, devemos conhecer os deveres de pertença a uma comunidade, que passam pela solidariedade, lealdade e, como acima referido, pela participação na construção das regras.

Educar para a cidadania “pode ser ensinar a pensar, ensinar a avaliar argumentos, a descortinar razões, mas também ensinar a gostar e a ter o prazer de negociar, de ultrapassar oposições, de gerir dificuldades de convivência e estabelecer harmonias e vontades coletivas de realização” (Valente, s.d., p. 9), desenvolvendo, assim, a capacidade para comunicar e de justificar.

Após explicar o que se entende por educar para a cidadania, torna-se essencial apresentar a importância que é dada à mesma em contexto de educação pré-escolar.

A educação para a cidadania em contexto de educação pré-escolar enquadra-se na área de formação pessoal e social, área expressa nas OCEPE. Esta área visa o desenvolvimento e a “aquisição de espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos” (Ministério da Educação, 2007, p. 51).

Nesta área de conteúdo promove-se o desenvolvimento de atitudes e valores, com o intuito de formar cidadãos conscientes, solidários, livres e autónomos, capacitados para resolver os seus problemas do quotidiano.

De acordo com as OCEPE a educação para a cidadania poderá ser abordada na educação pré-escolar através dos mais diversos temas, transversais, “tais como: educação multicultural, educação sexual, educação para a saúde, educação para a prevenção de acidentes e educação para o consumidor” (Ministério da Educação, 2007, p. 55), fazendo, assim, com que a área de formação pessoal e social se relacione com a área de conhecimento do mundo.

Depois de uma pequena apresentação da área de formação pessoal e social tal como se nos apresenta nas OCEPE, torna-se importante recorrer a outros autores, que abordam a mesma temática.

Relativamente a este tema, a formação pessoal e social, Vasconcelos (2007) considera que o JI é um local promotor de educação para a cidadania, na medida em que é um dos degraus do processo de socialização de cada criança, sendo que o primeiro degrau desta etapa se desenvolve no seio familiar da mesma, onde os pais e a família lhe transmitem valores culturais.

Neste sentido, é extremamente importante que a educação pré-escolar dê continuidade ao trabalho realizado pela família, respeitando os valores que a criança já traz consigo, ajudando-a na construção da sua autoestima, que já vem a ser edificada desde os primeiros anos de vida e que se desenvolve também em grupo, através das primeiras experiências democráticas (ou de vida democrática).

De acordo com Reis (2000, p.14), “a educação para a cidadania, ou seja, a preparação intelectual e afetiva dos indivíduos para o desempenho consciente dos seus papéis numa sociedade democrática, através da construção de conhecimentos da promoção de valores, atitudes, constitui uma das finalidades do ensino”. Por outras palavras, o JI é a base do desenvolvimento da educação para a cidadania, pois esta proporciona às crianças atividades que desenvolvem a cooperação entre grupos, permitindo que estes vivenciem e participem na vida democrática do grupo e desenvolvam determinadas competências cívicas.

Em resumo, a educação para a cidadania permite alargar a capacidade de interceção, partilha e participação na vida democrática. Deste modo, podemos afirmar que a educação para a cidadania tem um papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem das crianças em idade pré-escolar, pois possibilita o desenvolvimento de várias competências que a acompanharão para o resto da vida.

2.3.1. Definição do conceito de cidadania

A palavra “Cidadania” tem origem na Grécia clássica, sendo empregada para nomear os direitos e deveres do cidadão na participação da vida social. Segundo Pinto (2005, pp. 1-2), o conceito de cidadania está relacionado com a “capacidade de cada indivíduo participar ativamente no processo de construção da sua cidade”. Isto é, o cidadão deve dar a sua opinião e participar no processo de tomada de decisão.

Porém, torna-se difícil encontrar uma definição exata do conceito de cidadania, uma vez que este é um conceito abrangente, complexo e vasto.

Deste modo, surge a necessidade de consultar documentos que regem as nossas práticas de cidadania, como, por exemplo, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, a *Convenção dos Direitos das Crianças* e a *Carta do Porto*, que aponta para “a necessidade de se caminhar para uma cidadania multicultural planetária, constituindo relações humanas baseadas na convivência emancipatória, amorosa, sensível, criativa, fortalecendo a cidadania, a democracia e o carácter público da educação” (Instituto Paulo Freire, cit. por Vasconcelos, 2007, p. 110)

Neste sentido, podemos declarar que o ato de cidadania é praticado pelos cidadãos, isto é, a cidadania é exercida por todos os indivíduos que pertencem a uma sociedade, a uma cultura ou a um país. Para que sejamos bons cidadãos, devemos estar conscientes dos nossos direitos, deveres e valores, de modo a assumirmos um papel ativo na sociedade, tendo sempre presente a responsabilidade, a solidariedade, o respeito pela natureza, por si e pelos outros.

Segundo Figueiredo (1999, p. 34), o conceito de cidadania também se refere à “qualidade do cidadão, ou seja, do indivíduo pertencente a um estado livre, no gozo dos seus direitos cívicos e políticos e sujeito a todas as obrigações inerentes a essa condição”. Os direitos cívicos e políticos encontram-se expressos na *Carta Internacional dos Direitos Humanos*, que tem por base a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Estes documentos mencionam os direitos de todos os membros da família humana, no que diz respeito à igualdade, liberdade, justiça e a paz no mundo em que todos habitamos.

Reportando o conceito de cidadania para a educação pré-escolar, podemos defini-la, segundo Sarmiento (cit. por Vasconcelos, 2007, p. 113), recorrendo a cinco tipos de conceito de cidadania. Em primeiro lugar, o autor descreve a cidadania social, afirmando que devemos aceitar “a voz das crianças como expressão legítima de

participação na vida da «cidade»”. Isto é, devemos considerar tudo o que a criança nos diz e não desvalorizar as suas opiniões e ideias.

Seguidamente, o autor descreve a cidadania participativa com a finalidade de auscultar a “opinião da criança e de produção de formas de decisão”. A cidadania participativa acontece quando as crianças têm uma participação ativa na construção das regras para a sala de atividades, uma vez que estas expressam as suas ideias e opiniões, tornando-se parte integrante da mesma e dando sentido à sua construção. Por outras palavras, a criança expõe as suas teorias e, a uma escala reduzida, acaba por vivenciar a cidadania dentro da sua própria sala, expandindo-se, mais tarde, para a comunidade envolvente.

O terceiro tipo de cidadania, também referida pelo mesmo autor, é a cidadania organizacional. Esta remete para a organização da criança dentro de um determinado espaço, que contém uma “organização curricular aberta”. Com isto, queremos dizer que no espaço do JI

“as crianças são reconhecidas como cidadãos com direitos, membros participantes dos grupos sociais de que fazem parte [o grupo de crianças da sua sala de atividades], agentes da sua própria vida, mas também interdependente dos outros, co-construtores de saber, de identidade e de cultura, crianças que coexistem e convivem com as outras crianças, na base do que são, mais do que daquilo que possam vir a ser. Os espaços das crianças são para todas as crianças numa base democrática, cruzando diferentes grupos sociais” (Moss e Petrie, cit. por Vasconcelos, 2007, 114).

Sarmiento (cit. por Vasconcelos, 2007) ainda apresenta o conceito de cidadania cognitiva. Neste tipo de cidadania a criança é a que toma a iniciativa, procurando o conhecimento.

Por último, Sarmiento descreve o conceito de cidadania íntima como correspondendo à afirmação da identidade e do carácter. Nesta fase, a criança define a sua personalidade e já reconhece as diferenças de género, cultura, origem social ou etnia. Ao trabalhar a cidadania íntima, capacitamos a criança para ultrapassar determinados estereótipos, a aceitar o outro e a respeitar os seus próprios limites.

Contudo, é importante referir que a cidadania não se transmite nem se ensina, pois esta deve ser desenvolvida, promovida ou, ainda, estimulada.

3. A importância da formação pessoal e social na criança

Sendo a “educação pré-escolar um contexto educativo mais alargado que vai permitir à criança interagir com adultos e crianças que têm, possivelmente, valores diferentes dos que interiorizou no seu meio de origem” (Ministério da Educação, 2007, p. 52), e na qual também lhe permitirá tomar consciência de si e do outro, a educação pré-escolar tem um papel fundamental na formação pessoal e social da criança.

A formação pessoal e social torna-se importante, na medida em que possibilitará à criança desenvolver inúmeras competências que serão ferramentas importantíssimas para a sua vida futura, sendo três delas a capacitação para a resolução de problemas, a aquisição do espírito crítico e a apropriação de valores espirituais, cívicos, éticos e morais.

Esta área visa a aquisição de competências ao nível da autonomia, da socialização, do conhecimento de si mesmo e da construção da sua identidade, que se desenvolve desde os primeiros anos de vida, sendo esta iniciada no seio da família e, posteriormente, no JI.

É importante salientar que as relações interpessoais começam na família e estendem-se até ao JI, que desempenha um papel importante, visto que as múltiplas relações que a criança estabelece neste contexto fazem com que vivencie e experimente novas situações, ao mesmo tempo que constrói a sua identidade e se apropria de alguns valores que vivenciou.

Ao desenvolver relações interpessoais de qualidade, a criança “acaba por descobrir em conjunto com os outros as alegrias de viver, amar e ser amado, nas suas semelhanças e diferenças” (Shaver e Strong, 1977, p. 18). Contudo, para estabelecer estas relações interpessoais de qualidade é essencial que a criança, através do desenvolvimento do conhecimento pessoal, tenha confiança em si. A partir daqui conseguirá conquistar a sua autonomia, que é importante para que não seja dependente dos outros.

Para melhor compreender a importância da formação pessoal e social no JI iremos explicar, nos pontos que se seguem, qual o papel do educador, as estratégias utilizadas neste processo e quais as competências que as crianças desenvolvem, através do trabalho desenvolvido nesta área.

3.1. O papel do educador

O educador de infância tem um papel essencial no processo de formação pessoal e social da criança. Sendo este um modelo a seguir, ao interagir com as crianças, assume-se como o adulto que educa através do exemplo, da forma como comunica e se relaciona com o grupo, da sua afetividade, da forma como organiza a sala e o espaço e da sua maneira de ser e de estar, porque antes de ser educador é uma pessoa com os seus valores e princípios.

Deste modo, o educador deve estar consciente do seu papel, tendo sempre presente os objetivos prescritos nas OCEPE, nas *Metas de Aprendizagem*, no PE e no PCG, pois só assim poderá definir objetivos e competências por forma a promover adequadamente a formação pessoal e social nas suas crianças.

Segundo Marques (1995, p. 32), o educador deve, também, desenvolver competências que o preparem para criar e gerir conflitos cognitivos, incentivar a participação das crianças, moderar o discurso e os diálogos, procurando desenvolver o raciocínio, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças, ao nível da dimensão crítica, criativa e do pensamento, estabelecendo, assim, uma ligação lógica entre o pensar, falar e agir.

Cabe ao educador o “papel de moderador, de inquiridor, de guia, ajudando as crianças a ultrapassarem impasses” (Pires, 2007, p. 121), atuando na sua zona de desenvolvimento proximal (“distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinada através da solução de problemas sob a orientação de um adulto”(Vygotsky, 1998, p. 112), pois os problemas sociais surgem espontaneamente quando as crianças jogam, brincam ou realizam as rotinas diárias. Neste contexto, deve o educador, como já foi acima referido, ajudar a criança a ultrapassar estas dificuldades, promovendo a sua autonomia, que a ajudem a refletir sobre as suas ações, de modo a que esta consiga resolver, de forma independente, os seus problemas do dia a dia.

Para que esta ajuda seja adequada, o educador deve conhecer as características individuais de cada criança, de igual modo, compete ao educador criar uma atmosfera democrática dentro da sala de atividades, através da utilização, por exemplo, das seguintes estratégias: planear com antecedência alguns temas de debate, que devem estar de acordo com os interesses e as necessidades do grupo; organizar pequenos

grupos quando se pretende promover a resolução independente de problemas e, em grande grupo quando se quer fomentar uma discussão generalizada; apelar ao respeito pelos outros; incrementar a comunicação, de modo a que elas sejam capazes de ouvir o outro e esperar pela sua vez; estimular a interação e a tomada de decisão (Formosinho et al., 1992).

Quanto à organização dos espaços e dos materiais, o educador deve mostrar às crianças que tudo tem um lugar próprio e incentivá-las a arrumar os jogos, os diferentes espaços da sala, as suas almofadas, pois é fundamental que “a criança aprenda a ser organizada e ao organizar o espaço exterior aprenda a estruturar o seu interior” (Pires, 2007, p. 27), só assim, o processo de apropriação de valores se torna mais fácil.

Com o intuito de promover o desenvolvimento pessoal e social, o educador deve utilizar um conjunto de estratégias, através do recurso aos jogos, que promovam o desenvolvimento físico, intelectual, social e moral, aos contos tradicionais, às fábulas e às histórias atuais, de modo a trabalhar os valores e muitos outros conteúdos. A educadora pode, ainda, promover entre as crianças a representação de papéis sociais, que as ajudem a compreender melhor o funcionamento da sociedade.

Em síntese, o educador tem um papel determinante nesta área, sendo um modelo para as crianças. A forma como comunica com as crianças, a capacidade que demonstra para as ouvir e compreender e, ainda, o modo como as valoriza, tem uma grande influência na construção da personalidade de cada uma, pois a educadora deve sempre ter em atenção a autoestima da criança, criando condições favoráveis para o desenvolvimento social e construindo um ambiente estimulante, seguro, livre de opressões, ameaças e humilhações.

3.2. Benefícios e competências que promove na criança

A formação pessoal e social tem inúmeros benefícios para as crianças e promove o desenvolvimento de imensas competências, que poderão determinar o futuro pessoal e profissional da mesma.

Segundo Vasconcelos (2007, p.112), a criança, em contexto de JI, “deixa de ser o centro, para se tornar um entre outros”. Quer isto dizer que é aqui que vai “aprender a viver em grupo, a trabalhar com os outros”, a responsabilizar-se por pequenas tarefas, a

cumprir regras estabelecidas por todos e a gerir os problemas, participando ativamente na vida social do grupo.

No decorrer deste processo, a criança também aprende a ser autónoma e responsável na realização das tarefas, recorrendo ao adulto quando necessário.

A cidadania, trabalhada em contexto pré-escolar, forma

“as crianças a nível pessoal e social, educando o seu sentido ético e estético, preparando-as para uma efetiva prática da cidadania: aprendem a importância do respeito, como é difícil negociar diferentes pontos de vista mantendo a amizade, aprendem acerca da diversidade e da igualdade de oportunidades, da paridade entre os sexos, da diversidade de culturas, da importância de cuidar do meio ambiente e da saúde, interiorizando um sentido de responsabilidade social” (Vasconcelos, 2007, p.113).

A cidadania é uma das vertentes da formação pessoal e social, que também ajuda as crianças no processo de socialização e integração na sociedade, como ser autónomo e que participa na construção da mesma.

Neste sentido, é importante referir que ao trabalhar a formação pessoal e social, nas suas várias vertentes e de uma forma adequada, a criança adquirirá um leque variado de competências ao nível:

- Da identidade/autoestima: é nesta fase que a criança identifica as suas características individuais; reconhece os laços de pertença a diferentes grupos; tem uma maior confiança em si; já é capaz de experimentar coisas novas; e, ainda, consegue expressar as suas necessidades, emoções e sentimentos;
- Da independência/autonomia: a criança já consegue realizar as suas tarefas do quotidiano sem recorrer ao adulto, ou seja, realiza-as de forma autónoma e é capaz de concluir todas as suas tarefas; manifesta um grande gosto e curiosidade por tudo o que está ao seu redor; está consciente das regras de segurança, em casa, na rua e na escola; compreende que é necessário cuidar da sua saúde e higiene; e já tem uma opinião, preferência e apreciação crítica, uma vez que já consegue expressar claramente as suas ideias;
- Da cooperação: a criança já é capaz de partilhar, esperar a sua vez para falar e jogar; revela comportamentos de apoio e entretajuda; participa e coopera na construção de projetos, regras e procura de soluções para os seus conflitos;

- Da convivência democrática/cidadania: a criança participa na construção das regras de vida em grupo; dialoga para resolver os seus problemas; sabe escutar, questionar e argumentar; consegue respeitar as necessidades, os sentimentos, as opiniões, culturas e valores dos outros; demonstra respeito pela proteção; preserva a natureza e o local onde vive;
- Da solidariedade/respeito pela diferença: a criança identifica o seu contexto social, algumas formas de injustiça e discriminação; reconhece a diversidade de características e hábitos dos outros, respeitando-os.

[Estas competências têm por base as metas de aprendizagem para a educação pré-escolar, Ministério da Educação, 2010].

Tais competências poderão ser desenvolvidas, se o trabalho ao nível da formação pessoal e social for bem-sucedido e adequado a cada criança. Contudo, não há receita, e cabe ao educador agir com intencionalidade educativa assente em princípios de diferenciação pedagógica, pois há que descobrir as necessidades das crianças e tentar com muita afetividade, trabalhar determinadas competências.

4. O papel da família na formação pessoal e social

A família desempenha um papel fundamental na formação pessoal e social da sua criança, dado que esta é o seu primeiro espaço de socialização, de afeto e de segurança.

Segundo Relvas (cit. por Garcia, 2009, p. 49) a família tem duas funções primordiais:

“ a função interna, que implica a prestação de cuidados, assegurando as necessidades da criança ao nível afetivo e físico; e a externa, que se refere à função socializadora da criança e ao seu acompanhamento para uma boa adaptação ao meio cultural que a rodeia”.

Neste sentido, é fundamental que a família seja capaz de promover a interação social da criança na comunidade onde vive, para que esta possa vivenciar uma vida em sociedade, pois é importante que a criança perceba que a sua família tem normas e valores, mas que estes também são influenciados pelos valores externos da comunidade envolvente.

Além de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência e de inseri-la na sociedade, a família deve, também, ser capaz de satisfazer as necessidades afetivas da criança, de garantir a sua segurança e de conquistar a sua confiança. Esta conquista acontece quando se constroem e desenvolvem relações de vinculação.

O processo de vinculação ocorre nos primeiros anos de vida de uma criança, ficando os mesmos registados no seu subconsciente, indo influenciar, de algum modo, a sua maneira de ser e os seus comportamentos no futuro. É nesta fase que os pais são os primeiros elementos que estabelecem uma afetividade com a criança, através do carinho, do amor, da segurança e da confiança que transmitem ao seu bebé.

Segundo Pires (2007, pp. 8-9), a primeira vinculação é triplamente importante, na medida em que

“confere ao bebé a segurança básica que lhe permite crescer e desenvolver-se afectiva, cognitiva e socialmente em plenitude, construindo uma personalidade rica e emocionalmente equilibrada; permite-lhe sentir como alguém digno de ser amado, o que é determinante para a construção de uma autoestima positiva; amando a mãe a criança aprende a amar no sentido mais geral do termo e essa capacidade permanecerá ao longo de toda a vida”.

Assim, consideramos que devemos educar as nossas crianças através do amor e da afetividade. Não devemos ser nem muito autoritários (neste caso, os pais controlam muito os seus filhos e existe pouca vinculação e afetos), nem muito permissivos (neste caso, os pais têm um baixo controlo sobre os seus filhos, mas com um nível razoável de afetos e amor), devemos sim, encontrar um equilíbrio entre estes, nunca esquecendo o carinho, a afetividade e o amor.

Na educação da criança é necessário que os pais implementem disciplina, que “é a segunda maior necessidade da criança” (Pires, 2007, p.15). Esta irá complementar o amor, pois permitirá que a criança saiba o que pode ou não fazer. Neste caso, a disciplina é vista como um conjunto de regras ou ordens que regem o comportamento de uma pessoa. É importante que a criança tenha horas certas para deitar, levantar, comer e brincar. Esta disciplina dá segurança à criança.

Em síntese, os pais, quando educam as suas crianças, devem ter sempre presentes o amor, a alegria, o exemplo e a coerência nos seus atos, recorrendo sempre ao diálogo para que a criança compreenda o que fez.

Parte 3: Estudo Empírico

Capítulo III – Metodologia

A investigação, de acordo com Serrano (2004, p.41), pode definir-se como “um processo sistemático, organizado e objetivo, cuja finalidade é dar resposta a uma questão, colocada previamente pelo investigador”. Deste modo, uma investigação surge da necessidade de dar resposta a determinadas questões, que observamos ou experienciamos, e de compreender a natureza desse mesmo fenómeno.

Em educação, a investigação assume um papel fundamental, na medida em que, busca o “significado” e possibilita a aquisição de novos conhecimentos, privilegiando o entendimento dos comportamentos dos intervenientes educativos. Estes intervenientes são escolhidos pelo entrevistador, que recolhe “os dados em função de um contacto aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais”. (Bogdan e Biklen, 1994, p.16).

1. Natureza do estudo

A investigação é considerada por Bogdan e Biklen (1994) como um processo sistemático de análise de dados observáveis e verificáveis e, ainda, das relações que se estabelecem entre eles, ajudando a autenticar os conhecimentos prévios e a edificar novos conhecimentos, que serão introduzidos no enquadramento conceptual. Os autores reconhecem, ainda, que este processo é um procedimento de carácter descritivo, explicativo, pois tem como objetivo a descrição dos factos, dos fenómenos ou das relações entre os mesmos e, por último, permite a clarificação das razões subjacentes às relações entre fenómenos.

No que à nossa investigação diz respeito, é importante referir que esta não é cem por cento qualitativa, uma vez que apresenta alguns dados quantitativos, na medida em que foi necessário recorrer a procedimentos estatísticos para tratar os dados recolhidos por questionário.

A presente investigação, maioritariamente, de natureza qualitativa, tem por base procedimentos de carácter descritivo, interpretativo e heurístico de análise e

interpretação dos dados. Por outras palavras, pretende-se descrever e interpretar os dados recolhidos, através dos instrumentos de recolha de dados, com a finalidade de enriquecer a investigação e dar a conhecer todos os resultados da mesma. Segundo Pacheco (1995, p. 41) a investigação qualitativa “baseia-se no método indutivo já que o investigador busca intenção, propósito de uma acção, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é, o significado tem valor enquanto inserido nesse contexto”.

Na investigação qualitativa, o investigador reconhece, nomeia, identifica e descreve as situações observadas em contexto. Ele deve, também, observar, interpretar e apreciar as situações tais como elas são, isto é, interpreta-as em vez de avaliar. Assim, segundo Bogdan e Biklen (1994, p.11), um estudo de natureza qualitativa “ênfatisa a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”, contextualiza a situação em que se desenvolve a recolha de dados e, posteriormente, dá a conhecer as perspetivas de cada participante, em relação à temática em estudo.

Bogdan e Biklen (1994), apresentam, ainda, cinco características sobre a investigação qualitativa. A primeira característica realça que a fonte direta de dados é o ambiente natural. Aqui, o investigador assume o papel principal, isto é, o investigador qualitativo está presente no local onde se realiza o estudo, pois tem um grande interesse pelo contexto envolvente; observa e procura compreender as ações, tendo sempre em conta o ambiente onde ocorrem.

A segunda característica indica que a investigação qualitativa é descritiva, visto que os dados recolhidos são palavras ou imagens, abrangendo as transcrições das entrevistas, as fotografias, as notas de campo e alguns documentos. Desta forma, os dados recolhidos serão muito mais ricos.

A terceira característica indica que a investigação qualitativa tem um maior interesse pelo processo do que, simplesmente, pelos resultados ou produtos. A quarta característica refere que os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma intuitiva, ou seja, as observações são feitas ao mesmo tempo que os dados particulares recolhidos se vão agrupando.

Por último, a quinta característica, que enfatiza a importância vital do significado na abordagem qualitativa. Neste caso, o investigador foca-se no modo como os diferentes protagonistas dão sentido às suas vidas.

No decorrer do processo, o investigador é o principal responsável pela recolha, análise e tratamento dos dados. No entanto, deve, também, preocupar-se em interligar todas as partes do relatório, como se tratasse das peças de um puzzle. Por fim, o

investigador deve questionar-se sobre “o quê?”, “a quem?” e “o porquê?” dos fenómenos observados, tentando, assim, dar respostas às suas questões de pesquisa, que são elaboradas com o intuito de investigar os factos em contexto natural, tendo em conta toda a sua complexidade.

Assim, a pesquisa qualitativa permite ao investigador recolher dados observáveis e qualificáveis, que viabilizam o enriquecimento da sua pesquisa, uma vez que este método de investigação possibilita uma maior compreensão dos fenómenos observados.

Por outro lado, o que diz respeito à investigação quantitativa, Carmo e Ferreira (1998, p. 178) referem que este tipo de investigação consiste “essencialmente em encontrar relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos”, tal como podemos verificar no presente estudo.

2. Questões de pesquisa

As questões de pesquisa, que orientam o presente estudo são:

1. Como é promovida a formação pessoal e social em contexto II?
2. Qual a importância que a educadora atribui à educação para a cidadania na sua prática educativa?
3. Quais as estratégias que a educadora utiliza para transmitir os valores cívicos?
4. Quais as competências, em termos de educação para a cidadania, que a educadora pretende promover nas crianças?
5. Os pais conseguem detetar esses valores cívicos nas crianças?

Estas são as questões às quais nos propomos dar resposta, e que determinam o estudo empírico que desenvolvemos e que foram, por isso, determinantes na construção dos quadros conceptual e teórico-metodológico.

3. Objetivos do estudo

O presente estudo tem como principal objetivo conhecer a importância atribuída à formação pessoal e social na sua vertente de educação para a cidadania, numa sala de crianças de 3 anos. Os seus objetivos específicos são: conhecer a importância que a educadora dá à formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania;

identificar as estratégias que a educadora utiliza para transmitir determinados valores cívicos; e, por fim, saber se os pais/encarregados de educação observam nos seus filhos os valores cívicos, transmitidos pela educadora, ao longo do ano.

4. Participantes no estudo

O presente estudo foi realizado num JI privado, localizado na cidade de Faro. Teve como participantes, a educadora cooperante e os pais/encarregados de educação (EE) de dezasseis crianças, com 3 anos de idade, à data de 31 de dezembro de 2011. A escolha destes participantes deve-se ao facto de o estudo se realizar no âmbito da unidade curricular de PES, integrando estes a comunidade educativa do local onde estou a realizar o meu estágio.

A educadora cooperante da sala onde realizámos a prática tem 16 anos de serviço. Iniciou a sua formação no Brasil, onde frequentou um curso de Pedagogia e, quando veio para Portugal obteve equivalência ao mesmo na Universidade do Algarve, ficando com o nível académico de bacharelato. Mais tarde, fez o complemento de formação com a especialidade em Necessidades Educativas Especiais, o que lhe confere o grau de licenciatura em educação pré-escolar.

Outros participantes neste estudo são os pais/EE das dezasseis crianças, com 3 anos de idade, que compõem o grupo onde desenvolvemos a PES.

O quadro 1 apresenta a idade, as habilitações literárias e as profissões dos pais/EE, participantes neste estudo, cujos dados foram obtidos através da aplicação do questionário.

Quadro 1 - Informação sobre os pais/encarregados de educação

Pais/ EE Inquiridos	Idade		Habilitações Literárias		Profissões	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Q1	32	32	12.º ano	Licenciatura	Vendedor de automóvel	Educadora de infância
Q2	38	36	9.º ano	Licenciatura em S. Adm.	Ajudante de farmácia	Funcionária pública
Q3	34	34	Licenciatura	Licenciatura	Bancário	Funcionária pública
Q4	39	35	Bacharelato	Licenciatura	Assistente de diretor financeiro	Chefe de contabilidade
Q5	44	42	Frequenta a universidade	Licenciatura	Técnico de informática	Auditora
Q6	43	35	12.º ano	12.º ano	Taxista	Assistente de geriatria
Q7	36	31	Licenciatura em gestão de empresas	Licenciatura em matemática	Técnico de informática	Professora de matemática
Q8	38	36	Mestrado em engenharia mecânica	Licenciatura em direito	Professor universitário	Advogada
Q9	41	40	Mestrado	Mestrado	Docente	Docente
Q10	39	37	Ensino superior	Ensino superior		
Q11	40	35	Técnico profissional	Licenciatura	Controlador de custos	Sócio-gerente de empresas
Q12	50	45	Mestrado	12.º ano	Engenheiro	Administradora

Como se pode verificar, pela leitura do quadro 1, os participantes apresentam idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos de idade.

No que diz respeito às habilitações literárias, podemos verificar que um pai tem o 9.º ano, dois têm o 12.º ano, um possui um curso técnico-profissional, um frequenta a Universidade, um tem o bacharelato, dois possuem a licenciatura e outros dois possuem o grau de mestre. Relativamente às mães, nove são licenciadas, duas têm o 12.º ano e uma possui o grau de mestre. Assim, podemos concluir que, na sua maioria, os pais/EE das crianças possuem cursos superiores.

5. Opções e Procedimentos metodológicos

5.1. Delineamento do estudo

Tendo em conta o objetivo do estudo e o quadro teórico e metodológico que conceptualmente o suporta, delineámos o estudo em três momentos, com objetivos específicos e recolhas e análise distintas, mas complementares, no que a cada um deles respeita.

a) 1.º Momento

No primeiro momento, pretendemos saber qual o relevo atribuído pela instituição e pela educadora à área de formação pessoal e social. Para tal, recorreremos à análise documental do PE e do PCG da instituição.

Em concordância com Bogdan e Biklen (1994), os documentos internos de uma instituição podem, não só, conter informações das regras e regulamentos oficiais, como também, podem revelar os valores pela qual a mesma se orienta, os objetivos e as competências que pretende desenvolver ao longo de um ano letivo.

Neste primeiro momento, foi necessário consultar estes documentos e retirar as unidades de sentido relacionadas com a formação pessoal e social. Posteriormente a esta recolha, elaborou-se uma tabela para organizar as unidades de sentido retiradas do PE e outra tabela para organizar as unidades de sentido recolhidas do PCG.

b) 2.º Momento

No segundo momento, procedeu-se à elaboração do guião de entrevista semiestruturada, cuja construção teve como suporte a análise documental do PE e do PCG.

Esta entrevista tem como principal objetivo conhecer a importância que a educadora atribui à formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania e, ainda, obter informação acerca das estratégias que utiliza para abordar determinados valores cívicos, e das competências que, neste domínio pretende desenvolver nas crianças.

Ao optar por este tipo de instrumento de recolha de dados, tenho consciência de que, com os mesmos, o entrevistado terá mais liberdade e poderá falar livremente sobre os seus pontos de vista, produzindo, assim, “uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspetivas dos respondentes” (Bogdan e Biklen 1994, p. 136).

Por fim, procedemos à análise de conteúdo do *corpus* da entrevista.

c) 3.º Momento

Num terceiro momento, construímos um questionário, que tem por base os dados recolhidos da entrevista semiestruturada realizada à educadora cooperante. Com este questionário pretendíamos saber se os pais/EE observam nos seus filhos os valores cívicos que a educadora foi transmitindo na sua prática pedagógica.

Este questionário é constituído por questões de resposta fechada e será de administração direta, uma vez que é o próprio inquirido a preencher o mesmo.

Foram entregues dezasseis questionários, tendo sido obtido um retorno de doze deles.

Posteriormente, recorreremos à análise estatística através do programa *excel* para o tratamento dos dados recolhidos.

5.2. Recolha e tratamento de dados

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.149), “os dados incluem materiais que os investigadores registam activamente, tais como transcrições de entrevistas e notas de campo referentes a observações participantes. Os dados também incluem aquilo que os outros criam e que o investigador encontra, tal como diários, fotografias, documentos oficiais e artigos de jornais”.

Na presente investigação, os instrumentos de recolha de dados privilegiados foram a análise de documentos oficiais, tais como o PE e PCG, que correspondem ao primeiro momento; o inquérito por entrevista, que pertence ao segundo momento; e o inquérito por questionário, que nos reporta para o terceiro momento da investigação.

Os dados recolhidos através da análise documental e da entrevista semiestruturada são de natureza qualitativa, “o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (Bogdan e Biklen, 1994, p.16).

Já os dados recolhidos através do questionário são de natureza quantitativa, uma vez que o seu resultado vem expresso em números, permitindo, assim, fazer uma descrição recorrendo ao tratamento estatístico dos mesmos.

Segundo Van Der Maren, (cit. por Lessard-Hebert, Goyette, e Boutin, 1990, pp.117-118) “o tratamento dos dados (...) trata-se, sempre, de condensar ou resumir, em seguida de organizar, estruturar ou decompor em factores, para, por último, apresentar as relações, ou estruturas, daí resultantes”.

Os dados recolhidos da análise de documentos e da entrevista serão analisados e organizados, utilizando a técnica de análise de conteúdo (manual). Relativamente ao questionário, os dados recolhidos serão sujeitos a tratamento estatístico, no caso das questões fechadas, que posteriormente serão apresentadas em gráficos e tabelas.

Neste sentido, é importante referir que a análise de dados será de carácter descritivo e holístico, isto é, tal como nos explica Horta (2007, p. 98),

“centrando-se em procedimentos interpretativos e heurísticos de análise e interpretação dos dados, sem prejuízo de, sob o ponto de vista metodológico, recorrer a procedimentos estatísticos para maior evidência e reforço de sentido e significado desses mesmos dados, designadamente dos que serão recolhidos através de questionários”.

5.2.1. 1.º Momento: Análise documental: Projeto Educativo e Projeto Curricular de Grupo

Uma das formas de recolha de dados utilizada foi a análise documental. Esta forma de recolha de dados trouxe contributos importantes para o estudo, pois foi considerada por nós uma importante fonte de dados.

É importante referir que foram analisados os documentos oficiais da instituição. Concordando com Angell (cit. por Bogdan e Biklen, 1994, p.177), o objetivo de recolher este tipo de materiais é de “obter provas detalhadas de como situações sociais são vistas pelos seus actores e quais os significados que vários factores têm para os participantes”.

Neste caso, procedemos à análise do PE e do PCG, com o objetivo de descobrir qual a importância que a instituição atribui à formação pessoal e social das suas crianças, ou seja, saber quais os valores educativos, defendidos pela instituição, que pretendem promover nas crianças.

a) Elaboração das tabelas de consulta aos Projeto Educativo e Projeto Curricular de Grupo

A análise documental divide-se em dois momentos. Num primeiro momento, consultou-se o PE e o PCG retirando-se todas as unidades de sentido que correspondiam à área de formação pessoal e social. Num segundo momento, agruparam-se as unidades de sentido numa tabela que foi construída de acordo com os dados recolhidos.

As tabelas do PE (Anexo II) e do PCG (Anexo III), encontram-se divididas em categorias, sendo elas: os fundamentos teóricos e finalidades e objetivos, comuns aos dois projetos; e prioridades educativas/prioridades pedagógicas, que só se encontram no PE, categorias estas definidas após a leitura dos respetivos documentos.

b) Análise de conteúdo do Projeto Educativo e do Projeto Curricular de Grupo

A análise e interpretação dos dados recolhidos e organizados, nas tabelas de consulta, serão feitas através da análise de conteúdo das unidades de sentido obtidas.

Nesta análise, procuramos não só compreender as características, a estrutura e os valores subjacentes a estes projetos, que enfoquem as questões do estudo, como também os modelos subjacentes às unidades de sentido tomadas em consideração.

5.2.2. 2.º Momento: Entrevista

Atendendo aos objetivos deste estudo, mais especificamente à compreensão da importância que a educadora atribui à formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania, bem como, às estratégias que a mesma utiliza para desenvolver determinados valores cívicos, surge a necessidade de realizar uma entrevista.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.134), “uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas. É, ainda, uma técnica de recolha de dados que é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, que nos permite saber a opinião que o entrevistado tem acerca de determinado assunto, conhecendo, assim o seu ponto de vista e os seus valores”.

Neste estudo optámos pela realização de uma entrevista semiestruturada, que permite uma maior liberdade de expressão e de opinião por parte da entrevistada. Nesta situação, o entrevistador domina os temas da entrevista e guia a conversa, tendo como suporte o guião da entrevista, que possui uma estrutura flexível, dando assim liberdade ao entrevistado para expressar a sua opinião.

a) Elaboração do guião da entrevista

A elaboração do guião da entrevista semiestruturada tem por base os objetivos do estudo em curso. Assim, compôs-se um guião de carácter flexível, de forma a permitir uma maior liberdade de expressão por parte da entrevistadora e da entrevistada, ou seja, que permitisse à entrevistadora levantar novas questões e que desse autonomia à entrevistada para aprofundar as respostas.

O guião da entrevista (Anexo IV) tem como tema “Formação pessoal e social na criança em contexto de jardim de infância” e como objetivo geral “conhecer a importância que a educadora dá à formação pessoal e social, na sua vertente de

educação para a cidadania”. O guião encontra-se estruturado em sete blocos, que passamos a apresentar:

Bloco A – Legitimação da entrevista e motivação da entrevistada

Neste bloco pretende-se legitimar a entrevista e motivar a entrevistada, dando a conhecer a natureza e objetivo do estudo, mencionando a importância da entrevista para o mesmo e, ainda, requerer a sua autorização para gravar a entrevista e assegurar a confidencialidade dos dados recolhidos.

Bloco B – Situação profissional da entrevistada

Este bloco tinha como objetivo conhecer a situação profissional da entrevistada. Pretendemos saber qual a sua formação académica, os anos de serviço e quais os momentos mais marcantes no seu percurso profissional.

Bloco C – Opções curriculares da entrevistada

Neste bloco pretende-se conhecer a intencionalidade educativa subjacente à prática pedagógica da educadora.

Bloco D – A importância da formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania

O quarto bloco visava conhecer as conceções da educadora sobre a importância da formação pessoal e social em idade pré-escolar. Teve, ainda, como objetivo saber quais os valores cívicos e as competências que a educadora pretende desenvolver nas crianças, ao longo do ano, e conhecer os benefícios da educação para a cidadania no desenvolvimento da criança.

Bloco E – O relevo atribuído à formação pessoal e social no Projeto Educativo e no Projeto Curricular de Grupo

Este bloco procurava compreender qual o relevo atribuído à área de formação pessoal e social no PE e no PCG.

Bloco F – Estratégias utilizadas para promover determinados valores cívicos

Com este bloco tínhamos como objetivo conhecer as estratégias que a educadora utiliza para desenvolver determinados valores cívicos.

Bloco G – Agradecimentos e reiteração de confidencialidade

Com o último bloco, pretendíamos agradecer a disponibilidade da entrevistada e garantir a total reserva da sua identidade, bem como informar que será facultada uma cópia da gravação, que será validada através da sua assinatura.

b) Realização da entrevista

A entrevista realizou-se após contactar pessoalmente a educadora cooperante, que mostrou, desde logo, disponibilidade e interesse em participar no estudo. Posto isto, a entrevista realizou-se no dia, hora e local combinados, com duração de cerca de trinta minutos. Quanto ao local da entrevista, este foi devidamente escolhido, tendo em conta um ambiente apropriado, isto é, calmo, privado e agradável (Fortin, 1996).

A presente entrevista teve como suporte um guião, que contém o tema, os objetivos e algumas questões que orientaram o diálogo. Para registo dos dados utilizou-se o gravador áudio de um computador.

No início da entrevista referiu-se que os dados fornecidos seriam confidenciais e solicitou-se a autorização para gravar, tratando a entrevistada por educadora.

c) Análise de conteúdo da entrevista

A seguir à realização da entrevista, procedeu-se à transcrição da mesma, isto é, redigiu-se o seu protocolo (Anexo IV), que consiste em transcrever na íntegra todos os registos áudio.

Após ter sido entregue uma cópia do protocolo à educadora para validar a entrevista, iniciou-se, então, o tratamento dos dados obtidos, recorrendo à técnica de análise de conteúdo de forma manual.

Segundo Bardin (1994, p. 37), a análise de conteúdo é uma técnica que “consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial”. Ainda de acordo com esta autora (1994, p. 36), “a análise de conteúdo

rege-se por regras de homogeneidade, exaustividade, exclusividade, objetividade, adequação e pertinência”.

É importante referir que a análise de conteúdo da entrevista divide-se em quatro fases, que passo a apresentar:

- 1.º fase: a redação do protocolo (Anexo V), já referida, que é validada através da assinatura da educadora entrevistada.
- 2.º Fase: O primeiro tratamento (Anexo VI), em que eliminamos todas as questões e pormenores que não se revelam importantes no processo de análise.
- 3.ª fase: A pré-categorização (Anexo VII), em que iremos dividir o *corpus* da informação em unidades de sentido.
- 4.ª fase: A categorização (Anexo VIII), na qual iremos construir uma grelha de análise, em que as unidades de sentido se encontram agrupadas em categorias e subcategorias.

Após esta fase iremos recorrer à sua análise de conteúdo que “consiste em isolar os temas presentes no texto com o objectivo de, por um lado, o reduzir a proporções utilizáveis e, por outro lado permitir a sua comparação com outros textos tratados da mesma maneira” (Ghiglione e Matalon, 1993, p. 233).

Por forma a validar todo o processo de análise de conteúdo, recorreremos a dois “juízes externos”, cuja análise e sugestões nos possibilitaram concluir, com sucesso, todo o conjunto de procedimentos utilizados.

5.2.3. 3.º Momento: Questionário

Segundo Ghiglione e Matalon (1993, p. 121), o questionário “é um instrumento rigorosamente standardizado, tanto no texto das questões como na sua ordem. No sentido de garantir a comparabilidade das respostas de todos os indivíduos”.

Tendo em consideração que a construção do questionário pretende ser um meio de procura de respostas (Muccielli, 1979) tomámos por base, para a sua elaboração, os dados obtidos com a análise de conteúdo feita à entrevista anteriormente referida.

Todo o processo de construção, pré-testagem, aplicação e tratamento dos dados recolhidos serão descritos em seguida.

a) Construção do questionário

A construção do questionário e a elaboração das questões é considerada uma fase crucial no desenvolvimento de um inquérito. Ghiglione e Matalon (1993, p. 119) referem que “não podemos deixar certos pontos imprecisos, dizendo que mais tarde, perante as respostas, os tornaremos mais precisos. Qualquer erro, qualquer inépcia, qualquer ambiguidade, repercutir-se-á na totalidade das operações ulteriores, até às conclusões finais”.

Também Loureiro (cit. por Horta, 2006, p. 117), refere que “quando se constrói um questionário, os itens a considerar não podem resultar apenas de uma reflexão teórica ou de adaptações puras e simples de escalas utilizadas noutras investigações”. No mesmo sentido, surgem as palavras de Ferreira (cit. por Horta, 2006, p. 117) quando explica que “dever-se-ão ter sempre em linha de conta, para a formulação das perguntas, as características da população a inquirir”.

Assim sendo, o questionário deve ser construído de forma clara e explícita, de forma a que não sejam necessárias explicações para além daquelas que já lá se encontram.

Para a construção do presente questionário, tivemos em conta os diversos dados já obtidos. Deste modo, as questões têm como suporte os valores cívicos resultantes na análise do PE, do PCG e, como acima referido, da entrevista realizada à educadora cooperante.

Este questionário contém questões de resposta fechada, “onde se apresentam à pessoa, depois de se lhe colocar a questão, uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis de entre as quais lhe pedimos para identificar a que melhor corresponde à resposta que deseja dar” (Ghiglione e Matalon, 1993, p. 126).

No que diz respeito à estrutura do questionário, este encontra-se dividido em dois grupos. O primeiro grupo de questões diz respeito à criança e ao seu agregado familiar. Neste grupo pretendo recolher informação sobre o sexo e a idade da criança, bem como saber mais informação sobre o agregado familiar da mesma.

No segundo grupo de questões pretendo saber se os pais/EE conhecem o trabalho desenvolvido pela educadora na área da formação pessoal e social. Também ambiciono saber se os valores cívicos que as crianças evidenciam em casa poderão ser o resultado do trabalho desenvolvido pela educadora.

b) Pré-testagem do questionário

A construção do questionário foi marcada por várias fases. Depois de elaborada uma “versão provisória”, procedeu-se à pré-testagem do instrumento, ou seja, pôs-se à prova o questionário (Muccielli, cit. por Horta, 2006, p. 120).

De acordo com Damas e Ketele (cit. por Horta, 2006, p. 120), “com a pré-testagem pode-se, entre outras coisas, compreender as instruções e as questões, a maior ou menor aceitabilidade do questionário, a facilidade/dificuldade de descodificar, a extensão ou redundância das informações, evitando-se, deste modo, «as más surpresas»”.

Posto isto, solicitámos uma pré-testagem a dois peritos, que sugeriram algumas alterações. Após realizar essas alterações chegámos à “versão definitiva” (Anexo IX).

c) Aplicação do questionário

Os questionários foram aplicados por administração direta, uma vez que é o próprio inquirido que o preenche (Quivy e Campenhoud, 1992).

Os questionários foram colocados dentro de um envelope, e entregues à educadora que, posteriormente, os entregou aos respetivos pais, que os devolveram preenchidos em envelopes fechados, de modo a preservar a sua identidade.

No dia 27 de abril de 2012, foram entregues dezasseis questionários as pais/EE das crianças que compõem o grupo, apresentando-lhes como data limite, o dia 5 de maio de 2012 para o seu preenchimento. Destes, tivemos um retorno de doze questionários.

d) Tratamento dos dados recolhidos por questionário

Para analisar os dados recolhidos no questionário, recorreremos ao tratamento estatístico através do programa *Excel 2007*.

Após o seu tratamento, os dados foram compilados e apresentados sob forma de gráficos e tabelas, para que pudéssemos proceder à sua análise e interpretação.

Capítulo IV – Apresentação e Análise Interpretativa dos Dados

O presente capítulo diz respeito à apresentação e análise interpretativa dos dados obtidos através da aplicação dos diversos instrumentos e procedimentos anteriormente apresentados. Nesta fase, serão apresentados e analisados todos os dados recolhidos ao longo do processo de investigação, tendo como suporte o quadro conceptual, os objetivos e as questões de pesquisa que orientam o estudo.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.205), “a análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, sínteses, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido ao outro”. Neste sentido, é importante que este capítulo reflita todo o processo de investigação, através da análise interpretativa dos dados recolhidos ao longo da mesma.

A interpretação dos dados tem como intuito dar resposta aos objetivos e às questões de pesquisa do mesmo. Assim sendo, a análise interpretativa tem como suporte: as tabelas da análise documental, realizada ao PE e ao PCG, que têm como objetivo saber qual a importância que a instituição atribui à formação pessoal e social; a entrevista realizada à educadora, que tem como finalidade conhecer a importância que a mesma atribui à formação pessoal e social, nas vertentes da educação para a cidadania; e o questionário realizado aos pais/EE, que permite saber quais os valores cívicos que os mesmos detetam nas suas crianças.

Tendo por base o referido por Bogdan e Biklen (1994, p. 205), a análise e a recolha de dados é “o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”.

Assim sendo, este capítulo encontra-se dividido em quatro partes. Numa primeira parte iremos abordar a “Formação pessoal e social nos documentos estruturantes da ação educativa”, que corresponde à análise das unidades de sentido das tabelas do PE e do PCG.

Num segundo ponto, a “Formação pessoal e social, segundo a perspectiva da educadora”, onde analisaremos as respostas obtidas na entrevista à educadora cooperante, através da sua análise de conteúdo.

Posteriormente, numa terceira parte, intitulada “Formação pessoal e social, segundo a perspectiva dos pais”, analisaremos as respostas do questionário, recorrendo a gráficos e tabelas para apresentação e sistematização dos dados.

Por fim, realizaremos uma análise de conjunto, com o objetivo de possibilitar uma visão global, mais aprofundada, de todos os dados recolhidos, seja através da análise documental feita aos documentos estruturantes da ação educativa da educadora, bem como a análise dos resultados obtidos junto dos participantes deste estudo.

1. A formação pessoal e social nos instrumentos de apoio, organização e gestão do currículo

Este primeiro ponto surge da análise de conteúdo da informação recolhida através da consulta documental realizada ao PE e ao PCG, de onde resultaram duas tabelas, que contêm unidades de sentido, respeitantes ao relevo dado à formação pessoal e social, na vertente de educação para a cidadania.

Sendo assim, este primeiro ponto, denominado “A formação pessoal e social nos documentos estruturantes da ação educativa”, encontra-se dividido em dois momentos: no primeiro iremos proceder à análise das unidades de sentido do PE e no segundo iremos analisar as unidades de sentido da tabela do PCG.

1.1. No Projeto Educativo

A tabela de análise do PE compreende três categorias emergentes da análise documental realizada ao PE da instituição: “Fundamentos teóricos”, “Finalidades e objetivos” e “Prioridades educativas/prioridades pedagógicas”.

1.1.1. Fundamentos teóricos

Como podemos averiguar na unidade de sentido que se segue, referente aos fundamentos teóricos do PE, nela verificamos a importância que a instituição atribui à

formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania, tendo por base a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Ministério da Educação 1997).

“ A Lei- Quadro da Educação Pré-Escolar define como principal objetivo, entre outros, «promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa prespectiva de educação para a cidadania», favorecer «uma progressiva consciência como membro da sociedade», bem como «despertar a curiosidade e o pensamento crítico» da criança tendo em vista uma melhor compreensão do mundo que a rodeia” (PE, 2009, p.12).

Nesta primeira unidade de sentido faz-se referência a um dos objetivos pedagógicos enunciados na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, que define a educação pré-escolar como potencializadora do desenvolvimento pessoal e social da criança (Ministério da Educação, 1997).

Também a Lei de Bases do Sistema Educativo [LBSE], apresenta, no seu artigo 2.º, nos números 4 e 5: “os valores educativos fundamentais no nosso estado democrático e os objetivos gerais da política educativa do país”.

Neste sentido, Figueiredo (1999) explica-nos que a educação

“pretende incentivar a formação de cidadãos livres responsáveis, autónomos e solidários...Iguamente se considera que, na educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (p. 12).

Ainda podemos aferir que a instituição se encontra preocupada com esta vertente, pois considera que “é urgente a formação de cidadãos capazes de compreender melhor o mundo e assim poderem partilhar plenamente na sociedade onde vivem...” (PE, 2009, p. 19) e que

“é nossa convicção que todo o trabalho educativo desenvolvido no pré-escolar contribui, de forma decisiva, para a estruturação de comportamentos e atitudes, que darão suporte a uma cidadania mais consciente, crítica, solidária e ecológica, que ajuda a construir um mundo melhor” (PE, 2009, p.12).

A instituição, além de considerar, tal como Candeias (2004, p. 209), que “educar para a cidadania, desde a idade pré-escolar, poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa”, também defende que é na infância que se constroem as bases para o futuro da criança, enquanto pessoa pertencente a uma sociedade.

Atentemos nas palavras transcritas do PE (2009, p. 20)

“ tendo em consideração que é na infância que se constroem as bases ou os alicerces para o futuro da criança enquanto pessoa, o conhecimento do mundo em que vivemos, a curiosidade por tudo o que nos envolve, a consciência de que somos uma peça importante para tornarmos a nosso mundo cada vez melhor para todos, e um meio de contribuir para a construção duma personalidade mais responsável, atenta, participativa, não discriminatória, de solidariedade, sendo ao mesmo tempo um excelente veículo promotor de constantes descobertas, e de intervenção activa, baseada na prática de valores de convivência cívica, de respeito pelo outro e pelas diferenças, de tolerância e diálogo”.

Assim, segundo o PE, esta instituição, ao nível dos fundamentos teóricos, dá um grande relevo à formação pessoal e social, reforçando a ideia que é a educação pré-escolar que desempenha um papel fundamental na construção dos apoios que sustentam o desenvolvimento pessoal e social da criança.

1.1.2. Finalidades e objetivos

Segundo o Ministério da Educação (1998), as finalidades e objetivos correspondem à segunda etapa da elaboração do PE, que deve conter todos os objetivos pelos quais a instituição se rege. Ou seja, “ajudar as crianças a crescerem de forma autónoma e solidária” (PE, p. 20).

Deste modo, a instituição recorreu à *Carta da Terra*, que visa “a construção de uma sociedade à escala global, assente nos princípios da justiça, sustentabilidade e paz, apelando à construção de uma cidadania responsável e activa” (PE, 2009, p. 21).

Assim, passamos a evidenciar as finalidades deste projeto através da transcrição que a seguir se apresenta:

“ a finalidade deste mesmo trabalho não deve ser a meta principal para a realização, mas sim a pesquisa e o envolvimento do educando nas aprendizagens das diferentes áreas, na exploração das várias linguagens artísticas, no crescimento da sua autonomia e a capacidade criativa. Por isso os projetos devem ter em conta os valores do universo cultural das crianças, indo ao encontro das suas vivências e competências” (PE, 2009, p. 22).

Este documento apresenta, também, os objetivos gerais por áreas de conteúdo, que se encontram definidas nas OCEPE, no que diz respeito à formação pessoal e social. São eles:

- “- Explorar sentimentos e emoções;
- Identificar e respeitar sentimentos e emoções dos outros;

- Desenvolver capacidades sociais e emocionais;
- Reconhecer laços de pertença social e cultural” (PE, 2009, p. 24).

Analisando as finalidades e os objetivos podemos constatar que a instituição constitui um espaço amplo que proporciona às crianças múltiplas possibilidades para desenvolver as suas competências sociais, através das aprendizagens desenvolvidas nas diferentes áreas de conteúdo. Podemos, ainda, verificar que a instituição dá um grande valor à área de formação pessoal e social.

1.1.3. Prioridades educativas/prioridades pedagógicas

Como já foi referido, as prioridades educativas definem-se em função do contexto (Ministério da Educação, 1998). Sendo assim, é referido no PE que:

“Como Instituição educativa queremos ser um espaço de educação para valores, conduta e estilo de vida no sentido de construir uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica. Educar para cuidar do mundo: respeitar os direitos humanos, a natureza, trabalhar no sentido de providenciar para que todos tenham o necessário para viver com dignidade, empenharmo-nos na construção da paz e da justiça” (PE, 2009, p. 16).

É ainda referido neste documento,

“ Queremos ser uma instituição envolvida na defesa dos princípios da *Carta da Terra*:

Respeitar a Terra e a vida em toda a diversidade;

Cuidar da comunidade de compreensão, compaixão e amor;

Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas;

Conservar a generosidade e a beleza da Terra para as gerações presentes e futuras” (PE, 2009 p. 16).

Ao analisar a citação anterior constatamos que a instituição rege-se pelos princípios da *Carta da Terra*. Esta carta indica um conjunto de valores e princípios fundamentais para a construção de uma sociedade sustentável, justa e pacífica.

Como podemos verificar no excerto a seguir apresentado, a instituição tem como prioridade educativa:

- “Educar para os valores e para a cidadania;

- Desenvolver nas crianças atitudes de auto-estima, respeito mútuo e regras de convivência que contribuam para a sua educação como cidadãos tolerantes, autónomos, organizados e civicamente responsáveis.
- Educar para a prevenção dos problemas ambientais e para proteger e recuperar a integridade dos sistemas ecológicos da terra;
- Desenvolver o espírito de partilha e cooperação;
- Respeitar as diferenças pessoais, respondendo à diversidade (diferentes ritmos de aprendizagem, vivências sociais e culturais)” (PE, 2009, p.17).

As prioridades educativas acima descritas estão relacionadas com a área de formação pessoal e social. Tendo como suporte as OCEPE podemos comprovar que nestas unidades de sentido estão presentes a educação para a cidadania, a educação para os valores, a educação ambiental e a educação multicultural. Estão, ainda, implícitas algumas competências que a criança poderá desenvolver em contexto JI, tais como a independência, a autonomia, a partilha e a cooperação.

A análise do PE permitiu-nos constatar que este JI atribui grande importância à área de formação pessoal e social, pois, como podemos verificar nas unidades de sentido, é entendimento dos seus autores que esta área fornece alicerces às crianças que serão fundamentais para o seu futuro.

1.2. No Projeto Curricular de Grupo

A tabela de análise do PCG compreende as categorias: “fundamentos teóricos” e “finalidades e objetivos”, emergentes da leitura e análise feita ao documento.

1.2.1. Fundamentos teóricos

É explícito no PCG que o jardim de infância é um ambiente propiciador da integração social, que deve ser “livre de tensões e que estimula o desenvolvimento global da criança” (PCG, 2011, p. 3). Neste contexto, a educadora refere que:

“No decorrer do presente ano letivo, iremos abordar uma grande diversidade de conteúdos essenciais à formação de um “bom cidadão”. Estes conteúdos por sua vez, irão sempre de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar, trabalhando com as crianças as diferentes áreas de conteúdo, nomeadamente a área de Formação Pessoal e Social, áreas de

expressão e Comunicação e área de Conhecimento do Mundo “ (PCG, 2011, p. 9).

Também segundo as OCEPE (Ministério da Educação, 2007, p. 51), a formação pessoal e social é considerada “uma área transversal, dado que todas as componentes curriculares deverão contribuir para promover nos alunos atitudes e valores que lhes permitam tornarem-se cidadãos conscientes e solidários, capacitando-os para a resolução dos seus problemas”.

Ainda neste ponto, a educadora explica o que é a *Carta da Terra*, indicando quais os princípios que esta defende.

“A carta da terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica” (PCG, 2011, p. 9). Este Documento menciona o que devemos fazer para cuidar do mundo: respeitar a natureza, os direitos humanos e providenciar o necessário para que todos consigam viver, sempre em paz e harmonia.

Segundo o PCG, este documento “defende a ideia de sermos cidadãos do planeta, de nos importarmos com todo e qualquer ser vivo e com o presente e futuro da terra. Todos nós compartilhamos a responsabilidade de preservar e melhorar o mundo em que vivemos” (PCG, 2011, p. 11).

A educadora refere, ainda, que:

“ É indispensável sensibilizarmos as nossas crianças de hoje, para a importância do respeito e uso adequado dos recursos que o nosso planeta oferece, como forma de preservação do meio ambiente e de todos os seres vivos, pois eles são os homens/ mulheres de amanhã e serão quem poderá salvaguardar o mundo, para que este consiga dar resposta às necessidades básicas das gerações futuras” (PCG, 2011, p. 11).

Os tempos que correm são marcados pelo crescimento populacional e industrial, em que o consumo e a exploração dos recursos naturais, de uma forma incorreta, têm atingido níveis muito elevados. Com todos estes acontecimentos surge a necessidade de proteger o nosso planeta e de sensibilizar as crianças, que são o futuro, para o respeito e uso adequado de tudo aquilo que a natureza nos oferece e, só assim, conseguiremos manter o nosso planeta limpo para as gerações futuras.

1.2.2. Finalidades e objetivos

Nesta parte, a educadora enumera os princípios básicos da *Carta da Terra* que passam por:

“conhecer e proteger as pessoas, animais e plantas; respeitar a vida de todos os seres vivos; respeitar e valorizar os três elementos do meio ambiente (água, ar e terra); reduzir, reciclar e reutilizar; promover o reconhecimento do local onde vivo; sensibilizar para a gestão dos bens essenciais, para que todos tenham qualidade de vida; incentivar a igualdade de direitos; respeitar as diferentes culturas (religiões, raça, cor, sexo...); sensibilizar para a importância dos afetos e sensibilizar a importância dos meios de comunicação para conhecer o mundo e torná-lo melhor” (PCG, 2011, p.10).

Após apresentar os princípios da *Carta da Terra*, é importante referir que a educadora considera que este “ é um documento imprescindível, o qual vem contemplar valores fundamentais para o crescimento e desenvolvimento de um ser humano consciente e solidário” (PCG, 2011, p.10).

Assim, a educadora pretende não só realizar “atividades que visam inculcar valores e atitudes que permitam desenvolver um ser humano completo e solidário” (PCG, 2011, p. 13), mas também:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela cultura, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade:
 - Ser autónomo e independente;
 - Conhecer-se a si mesmo e aos outros;
 - Ser solidário e ter espírito crítico;
 - Ter consciência dos valores cívicos;
 - Ser auto-suficiente ao nível das suas necessidades básicas: higiene pessoal, alimentação;
 - Cumprir regras sociais;
 - Responsabilizar-se pelos seus atos e seus pertences;
 - Respeitar-se a si próprio e aos outros;
 - Conhecer e respeitar normas de cidadania;
 - Ter auto estima (p. 14).

Com a análise dos pontos acima referidos, podemos constatar que a educadora tem como base de trabalho os princípios da *Carta da Terra*, sendo este, considerado, um documento indispensável, que contém valores essenciais que proporcionam o desenvolvimento da criança. Também podemos aferir que apresenta os objetivos que pretende desenvolver no grupo. Na nossa perspectiva, as competências que a educadora pretende desenvolver, tendo por base estes objetivos, são fundamentais para o desenvolvimento da criança, na medida em que permite desenvolver a sua autonomia, independência, autoestima, conhecimento de si, responsabilidade, ou seja, promover o desenvolvimento pessoal e social da criança.

A análise do PCG permitiu-nos constatar que a educadora atribui grande importância à formação de “bons cidadãos” e guia-se pelos princípios da *Carta da Terra*, que contém valores essenciais para o desenvolvimento da criança.

Em síntese, com a análise do PE e PCG, podemos apurar que ambos os documentos dão grande importância à área de formação pessoal e social, na medida em que apresentam as mesmas finalidades e objetivos e são complementares, isto é, verifica-se claramente que a educadora se baseia nos princípios do PE para definir os seus objetivos. Ainda podemos verificar que ambos os documentos destacam a educação para os valores e a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e pacífica.

2. A formação pessoal e social, segundo a perspectiva da educadora

O segundo momento do processo de recolha de dados, resultante da análise de conteúdo do *corpus* da informação da entrevista, intitula-se “A formação pessoal e social, segundo a perspectiva da educadora”. Na análise de conteúdo da entrevista foi necessário juntar algumas das unidades de sentido que pertenciam à mesma subcategoria, de modo a possibilitar a compreensão das mesmas, facilitando, assim, a sua análise interpretativa. É composto pelas seguintes categorias e subcategorias: “Formação e percurso profissional”, “Opções curriculares”, “Formação pessoal e social nos dias de hoje”, “A educadora e a formação pessoal e social”, “O relevo atribuído à formação pessoal e social no PE e no PCG” e o “O papel da educadora na promoção de valores cívicos”. Para melhor as compreender, apresentamos de seguida um quadro síntese das mesmas:

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. Situação e percurso profissional	1.1. Formação inicial
	1.2. Tempo de serviço docente
	1.3. Momentos mais marcantes
2. Opções curriculares	2.1. Valores educativos
	2.2. Perspetivas curriculares
3. Formação pessoal e social nos dias de hoje	3.1. Educação para os valores
	3.2. Crise de valores
4. A família e a formação pessoal e social	4.1. Trabalho desenvolvido com os pais
	4.2. Educação e formação dos pais
5. A educadora e a formação pessoal e social	5.1. Importância atribuída
	5.2. Intencionalidade educativa
	5.3. Diferenciação pedagógica
	5.4. Competências a desenvolver nas crianças
6. O relevo atribuído à formação pessoal e social no PE e PCG	6.1. Importância atribuída pela instituição à educação para os valores
	6.2. A escolha da <i>Carta da Terra</i> para desenvolver a formação pessoal e social

Quadro 2 - Categorias e subcategorias da análise de conteúdo da entrevista

2.1. Situação e percurso profissional

Como podemos verificar no quadro 2, esta categoria compreende três subcategorias: a “formação inicial”, o “tempo de serviço docente” e os “momentos mais marcantes”.

2.1.1. Formação inicial

A educadora entrevistada iniciou a sua formação no Brasil, onde frequentou um curso de Pedagogia. Mais tarde, veio para Portugal e pediu a equivalência na Universidade do Algarve, ficando, assim, com o grau de bacharelato. A educadora refere que fez um “(...) complemento em necessidades educativas especiais (...) que lhe conferiu o grau de licenciatura em educação de infância.

2.1.2. Tempo de serviço docente

De acordo com os dados recolhidos na entrevista, a educadora menciona que tem “16 anos de serviço”.

2.1.3. Momentos mais marcantes

Ao questionar a educadora sobre os momentos mais marcantes do seu percurso profissional, esta responde que “(...) não existem momentos mais marcantes que outros (...) é sempre tudo marcante de uma forma ou de outra (...) todos os dias acontece alguma coisa que nos preenche mais (...)”. Conta, ainda, que “(...) o marcante para mim é observar que, ao longo destes anos todos de prática, nunca é igual, cada ciclo que eu fecho e recomeço (...)”.

2.2. Opções curriculares

Esta categoria apresenta duas subcategorias os “valores educativos” e as “perspetivas curriculares”.

2.2.1. Valores educativos

Ao questionarmos a educadora sobre os valores educativos, esta explica-nos que defende e valoriza

“(...) muito a formação pessoal e social (...) acho que nós, enquanto educadoras temos (...) de fazer parte da nossa própria formação, a ideia de pensar que estamos a formar outros seres humanos, cidadãos conscientes, que

respeitem, em relação ao outro, e que aceitem o outro como ele é realmente, com uma autoestima positiva, que tenha uma afetividade aberta, que sejam expressivos, que sejam livres para poderem expressar e ao mesmo tempo também manter o respeito, que haja equilíbrio (...).”

Como podemos apurar pelas palavras da educadora, esta dá uma grande importância à formação pessoal e social e mostra-se preocupada com a sua formação, uma vez que pretende formar cidadãos conscientes.

Neste sentido, consideramos que cabe ao educador ajudar no progresso da identidade de cada criança, fomentar as relações interpessoais, hábitos de solidariedade, de partilha, de respeito por si e pelos outros, ou seja, trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento da formação pessoal e social (Ministério da Educação, 2007).

Segundo as OCEPE,

“ a relação que a educadora estabelece com cada criança, a forma como a valoriza e respeita, estimula e encoraja os seus progressos, contribuindo para a autoestima da criança e constituindo um exemplo para as relações que as crianças estabelecem entre si. Este processo de construção de um auto-conceito positivo supõe um apoio ao processo de crescimento em que a criança e o grupo se vão tornando progressivamente mais independentes e autónomos” (Ministério da Educação, 2007, p.52).

Neste sentido, é importante que a educadora esteja consciente do papel que desempenha perante as crianças, pois esta deve ser um modelo, procurando desenvolver e criar hábitos de cidadania.

2.2.2. Perspetivas curriculares

A educadora, quando questionada sobre a metodologia de ensino e aprendizagem que defende, refere: “(...) eu não acredito numa metodologia (...)” acrescenta “(...) temos de buscar um bocadinho de cada uma e aplicar o que há de melhor em todas (...)”.

Contudo, esta refere que gosta do método Montessoriano, do Movimento da Escola Moderna [MEM], que “(...) [acredita] muito no método Piaget (...)”, ou seja, a educadora não tem uma perspetiva curricular única, pois vai “(...) buscar um bocadinho do que há de melhor em tudo, para haver uma unificação um equilíbrio, uma harmonia (...)”, uma vez que não acredita na eficácia de uma só metodologia.

Por outro lado, tenta aplicar no seu dia a dia um pouco daquilo que sabe, tentando sempre adaptar os seus conhecimentos teórico-científicos e didáticos ao grupo

de crianças que tem. E ainda diz que “ (...) tentamos o máximo possível dar a conhecer as coisas em vivência verdadeira. (...)”, pelo que, “ (...) [gosta] de trabalhar a partir dos interesses das crianças (...) ”.

Também Pinto (cit. por Figueiredo, 1999, p. 23), refere que “é preciso educar partindo do real”.

De acordo com as orientações globais para o educador, expressas nas OCEPE, o educador deve conhecer as capacidades de cada grupo, bem como os seus interesses e dificuldades, de modo a “adequar o processo educativo às suas necessidades” (Ministério da Educação, 2007, p. 25).

2.3. Formação pessoal e social nos dias de hoje

Esta categoria apresenta duas subcategorias a “ Educação para os valores” e a “crise de valores”.

2.3.1. Educação para os valores

Nos dias de hoje, a educação encontra-se em mudança, devido à alteração da sociedade e à crise económica e financeira que atravessamos. Neste sentido, é importante que a educação centralize as suas preocupações na “formação pessoal e social e não estritamente na transmissão de saberes científicos” (Pires, 2007, p. 115).

Também a educadora refere que“ (...) nos dias de hoje (...) a educação tomou um rumo diferente (...) a mentalidade do país e da sociedade também está diferente (...)”. Menciona, ainda, que “ (...) às vezes é deturpada um bocado entre o que é a disciplina e o que é a rigidez. (...) podemos ser disciplinados sem sermos autoritários, com firmeza (...)”.

Atualmente, a sociedade gere mal a autoridade e a permissividade. Penso que, nos tempos que correm, os adultos são mais permissivos em relação às crianças, deixando, por vezes, de ser disciplinados ou rígidos, e fazendo tudo o que as crianças querem.

Segundo Garcia (2009, p. 52) o conceito de permissivo “carateriza-se por um baixo nível de controlo de exigência mas com um nível razoável de afecto e amor”.

A educadora ainda refere que:

“(...) as crianças são muito mais ativas hoje, pensam muito mais e têm uma capacidade de assimilar e de aprender as coisas muito mais facilmente do que era antes (...) acho que eles são muito mais mentais e nós temos que trabalhar isso tudo, as emoções, o respeito, o controlo (...)”.

Neste sentido, é importante que o educador esteja atualizado de modo a conseguir dar resposta às necessidades das crianças de hoje, pois estas, devido aos estímulos sociais encontram-se mais desenvolvidas, sendo essencial trabalhar com elas determinados valores necessários ao seu desenvolvimento harmonioso.

2.3.2. Crise de valores

Nos dias de hoje, a educação debate-se com uma crise de valores sociais, devendo-se esta à “globalização da economia e da mundialização no acesso aos meios de comunicação social, [aos quais] se sucedem agravamentos das desigualdades – com o aumento de fenómenos de pobreza e de exclusão - não apenas entre regiões do mundo e países, mas dentro de cada país” (Figueiredo, 1999, p. 14).

“(...) estamos a passar por uma crise de valores sociais muito grande (...) cada vez mais as pessoas lutam para obter bens materiais e esquecem-se do que é fundamental, não ligam aos pormenores, não ligam aos detalhes da vida, que é o que efetivamente nos faz feliz (...) às vezes, nós estamos preocupados mais com o ter do que com o ser, no sentir (...)”.

Também a educadora apresenta o facto de estarmos a passar por uma crise de valores, onde as pessoas são cada vez mais consumistas e só se preocupam em ter bens materiais, deixando os sentimentos de lado. E acrescenta:

“(...) A nossa preocupação é essa, é mesmo que as crianças que estão aqui na instituição possam vir a começar a dar mais importância também ao sentir, do que só ao ter, e ser gratas por aquilo que têm e terem vontade de ter, mas sem competitividade, sem aquela ambição desmedida (...)”.

Posto isto, a educadora refere que, cabe-nos a nós, educadores, promover situações de aprendizagem que proporcionem às crianças a vivência de emoções puras da vida, revelando menos preocupação com os bens. Só assim conseguiremos que as crianças sejam cidadãos felizes, que gostam do meio onde vivem e principalmente que tenham amor próprio para “(...) que possam transmitir isso aos seus e que, de geração em geração, isso se vá tornando cada vez melhor.(...)”. E só assim podemos contribuir para ultrapassar a crise de valores.

Concordamos com a educadora quando refere que estamos a passar por uma crise de valores, pois a sociedade onde vivemos está cada vez mais preocupada com os bens materiais do que com os valores. Posto isto, cabe ao educador, em contexto de JI, promover situações de ensino e aprendizagem que promovam determinados valores cívicos que se estão a perder.

2.4. A família e a formação pessoal e social

Esta categoria apresenta duas subcategorias: o “trabalho desenvolvido com os pais” e a “educação/formação dos pais”.

2.4.1. Trabalho desenvolvido com os pais

A relação que a educadora estabelece com os pais é fundamental para o desenvolvimento da criança pois, só assim, a educadora tem um conhecimento mais aprofundado da criança e consegue dar resposta às suas necessidades, adequando a sua ação educativa às mesmas.

Contudo, a educadora refere que:

“ (...) Os pais, devido ao trabalho e à vida pessoal, acabam por delegar um bocado à escola essa função de disciplinar e de impor regras, só que, depois, se em casa não há uma continuidade nós fazemos um trabalho e não tem resultados. (...)”, acrescenta ainda que,

“ (...) Por isso, nesse sentido eu também acho que é muito importante (...) trabalhar os valores humanos e acima de tudo, o respeito pelo outro e por ele próprio e isso só vai acontecer se nós formos o exemplo disso e trabalharmos isso (...). No tempo que eles estão aqui eu vou dar o meu melhor, eu vou exigir, porque depois, bem ou mal, a sementinha vai lá ficar(...)”.

Tal como a educadora, o *Scottish Consultative Council on the Curriculum* (cit. por Pires, 2007, p. 116), menciona um conjunto “de valores que poderão orientar a educação nas escolas, são eles: o respeito e cuidado consigo próprio e o respeito e cuidado com os outros”.

Segundo a educadora, a instituição trabalha com os pais, os valores “ (...) de participação (...) de respeito uns pelos outros (...) de respeito pelas próprias famílias (...)”.

No domínio da educação para os valores, “a família, não sendo o único interveniente, é certamente a que desempenha o papel mais relevante” (Pires, 2007, p. 7), daí a importância de trabalhar alguns valores com os pais, pois estes são um grande exemplo para as crianças.

Para que o educador consiga trabalhar com as famílias e conhecer os valores que as regem, segundo a educadora:

“(...) nós temos de ver cada família no seu contexto de vida, não posso estar a exigir que uma família que tenha um ritmo tenha o mesmo tipo de maneira de estar, que outra família (...) respeitando a cultura, respeitando a maneira de ver das pessoas (...)”.

Neste sentido, é fundamental que o educador respeite a cultura e o ritmo de cada família e conheça o contexto de vida da mesma, pois só assim conseguirá chegar às crianças.

2.4.2. Educação e formação dos pais

Nos dias de hoje, a vida familiar nem sempre é a mais fácil, sobretudo nas grandes cidades pois, devido ao *stress* do dia a dia, os pais acabam por não ter muito tempo para estar com os filhos e, quando estão, acabam por compensá-los da sua ausência, dando-lhes e fazendo tudo o que estes querem. Neste sentido, é importante sensibilizar os pais para a formação pessoal e social das suas crianças, sendo, muitas vezes, necessário informá-los acerca do trabalho que é desenvolvido no JI.

Nas palavras da educadora, “ (...) porque se nós somos modelos (...) em casa os pais são os verdadeiros modelos (...)”.

Neste contexto, Pires reforça esta ideia quando afirma que “a família, não sendo a única interveniente, é certamente a que desempenha o papel mais relevante” (2007, p. 7).

Assim, a educadora realça que as crianças são o espelho dos pais e que cabe a nós, educadores, pôr a sementinha, de modo a colmatar as lacunas que cada criança traz de casa:

“(...) Se as pessoas são mais permissivas, se são mais autoritárias, (...) ou não, eles mostram isso e nós (...) aqui, tentamos mais ou menos moldar (...) vamos por a nossa sementinha (...)”.

Também, Schaffer (cit. por Garcia, 2009, p. 52) refere que “as crianças com pais permissivos são normalmente pouco afirmativos e desinteressados em novas realizações”(…) [enquanto que] as crianças com pais autoritários tendem a ser mais provocadoras, rabugentas, mais dependentes e socialmente incompetentes”.

Isto para dizer que os pais, como modelos, têm uma grande influência no desenvolvimento das suas crianças, e daí a necessidade de informar os pais do trabalho desenvolvido no JI.

Como podemos verificar através das unidades de sentido que a seguir se apresentam, segundo a educadora, a informação acaba por chegar aos pais através das crianças.

“(…) agora o que importa é que nós trabalhemos e, depois, em casa, eles vão dando, e acabam por dar, e eu tenho esse *feedback* dos pais (…).

Assim, os pais acabam por saber o trabalho desenvolvido pela educadora, e o contrário acontece quando os pais dão o *feedback* à educadora, das atitudes das suas crianças, pois segundo o seu testemunho,

“ (…) os pais vêm fazer comentários de uma expressão qualquer que nós utilizamos ou uma situação de um conflito como é que é resolvida (…) e tentamos sempre resolver, acima de tudo, com os valores e respeito pelo outro (…) eles acabam por levar isso para casa (…)”.

Através desta comunicação, os pais tomam conhecimento do trabalho da educadora e acabam por gostar do trabalho desenvolvido pela mesma, e muitas vezes acabam por adotar as estratégias utilizadas por si, tal como a mesma explica:

“ (…) os pais acham giro porque às vezes, nem sequer pensaram nessa forma de trabalhar com eles em casa, porque às vezes, ou ignoram, ou incentivam, as práticas que não são de respeito para com o outro (…)”, pois, muitas vezes, os pais têm tendência a dizer “ (…) “olha se te bateram, bate também, não deixes que te façam mal” .

Posto isto, é necessário educar os pais, mostrando-lhes que há outras formas de resolver os problemas, pelo que a educadora refere que “(…) temos de trabalhar a autoestima para que a criança saiba defender-se sem ser agressiva (…)”.

De acordo com Portugal e Laevers (2010), o desenvolvimento de uma autoestima positiva permite que a criança se sinta bem em relação às suas características pessoais, pois só assim conseguirá garantir a sua saúde emocional, que faz com que seja mais confiante e esteja segura, conseguindo, assim,

“actuar espontaneamente numa variedade de situações, retirando prazer, alegria das actividades e companhia dos outros; evidencia uma atitude receptiva em relação ao contexto envolvente, serenidade, e vitalidade; adaptando-se bem a novas situações e, em situações difíceis, compreende e expressa adequadamente os seus próprios sentimentos” (2010, p. 38).

2.5. A educadora e a formação pessoal e social

Esta categoria apresenta três subcategorias: “a importância atribuída”, “o papel do educador” e “competências a desenvolver nas crianças”.

2.5.1. A importância atribuída

Ao questionar a educadora sobre a importância que tem para ela a formação pessoal e social, esta responde que “(...) é fundamental trabalhar com eles a formação pessoal e social (...)”, referindo, ainda que,

“ (...) Este grupo, em específico, são crianças extremamente afetivas, tudo que se lhes dá absorvem...nesse caso os valores vão entrar com certeza (...) porque quanto mais afetivos são, mais facilmente conseguem entrar no coração e falar mesmo de igual para igual, fazê-los sentir na pele (...) aquilo que realmente é importante (...)”.

Se estas crianças são muito afetivas é porque em casa ou no jardim de infância recebem muito afeto por parte dos pais ou da educadora. Pois, segundo Garcia (2009), o afeto positivo dominante do clima de relacionamento entre pais e filhos coloca os primeiros numa posição privilegiada, no que à aquisição de padrões sociais e valores pela criança, diz respeito. O mesmo se passa em relação à educadora, quando esta se revela muito afetiva com as crianças.

A educadora também dá grande importância à solidariedade e à construção de um mundo melhor, como podemos ver na transcrição que se segue:

“ (...) a minha preocupação é que eu tenha um grupo de crianças, que tenham e que vivam em harmonia, que saibam partilhar, que saibam ser solidários, que saibam ver o mundo de uma maneira melhor (...) e que contribuam para que esse mundo seja melhor (...)”.

Refere, ainda, que a formação pessoal e social é importante, porque, bem desenvolvida, fornece “(...) bases para poderem ser pessoas responsáveis, pessoas que

sabem aquilo que querem e com uma autoestima positiva, com respeito para com o outro (...) e para que eles sejam felizes (...)”.

Também nas OCEPE (Ministério da Educação 2007, p. 51), vem referido que a formação pessoal e social deverá “contribuir para promover nos alunos atitudes e valores que lhe permitam tornarem-se cidadãos conscientes e solidários, capacitando-os para a resolução dos problemas da vida”.

2.5.2. Intencionalidade educativa

Ao questionar a educadora sobre o tipo de atividades e estratégias que esta privilegia para promover os valores acima mencionados, esta responde que:

“ (...) quando se fala em formação pessoal (...) nós trabalhamos a todo o minuto (...) aproveita-se todas as situações do quotidiano (...) não há momentos específicos para isso (...) em todos os momentos desde que a criança chega à escola, desde o bom dia que se dá a uma criança, desde um abraço no momento em que ela está a precisar de colo, desde o envolvimento que se tem com as famílias, desde do momento em que eles estão a brincar no recreio...na hora da refeição, na hora da higiene que é feita, nos momentos das atividades, em todos os momento nós trabalhamos esses valores, não existe um momento específico para se trabalhar (...)”.

Com esta resposta chegamos à conclusão que, segundo as palavras da educadora, não há momentos específicos para promover determinados valores, pois todos os momentos do dia são favoráveis, uma vez que a partir de pequenos gestos podemos proporcionar às crianças a oportunidade de vivenciar determinados valores.

Posto isto, a educadora refere que pretende “proporcionar a essa criança um bom dia, livre de rejeição, livre de opressão... isso já é um princípio”.

Tal como a educadora, Pires (2007) também realça a ideia de que os valores estão presentes em todas as atividades que realizamos no JI e, ainda menciona a forma como o educador comunica com as crianças, bem como a capacidade que demonstra para os ouvir e compreender, pois o modo com os valorizamos influencia a sua autoestima. Refere, ainda, que toda a relação que estabelecemos com as crianças determina a sua maneira de estar e de ser.

Assim, podemos considerar que “a intencionalidade educativa do educador é o suporte. Esta intencionalidade educativa exige que o educador reflecta sobre a sua acção e a forma como a adequa às necessidades das crianças e, ainda, sobre os valores e intenções que lhe estão subjacentes” (Ministério da Educação, 2007, p. 93).

2.5.3. Diferenciação pedagógica

Na perspectiva de Pires (2007), a pedagogia diferenciada procura adaptar o processo de ensino e aprendizagem às características individuais e aos estilos e ritmos de desenvolvimento de cada criança.

Durante a entrevista, a educadora fez questão de mencionar que é importante estar atento às necessidades e interesses de cada grupo, de modo a adequar a sua prática, pois cada criança apresenta características diferentes, que por suas vez são provenientes de famílias distintas, que têm valores diferentes, referindo que:

“ (...) As crianças ensinam muitas coisas (...) noto que quando termino esse grupo, “apanho” outro grupo que é completamente diferente e a minha prática tem de ser diferente (...) tenho que estar atualizada (...) tenho de ir ao encontro das necessidades desse grupo (...) as necessidades das crianças de agora são completamente diferentes das crianças, que tive há dez anos (...) Estamos aqui para fazer um trabalho mesmo nesta área de formação pessoal e social em que temos de respeitar realmente as necessidades deles (...).

Também a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Ministério da Educação, 2007, p. 25) faz referência à diferenciação pedagógica referindo que a educação pré-escolar deve “estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais”.

A educadora refere que, para além de estar atenta às individualidades de cada criança, é fundamental alargar os seus conhecimentos, de modo a conseguir dar resposta às necessidades das mesmas. Também menciona que esta atualização é necessária, uma vez que as gerações, as mentalidades e os valores estão a mudar.

Torna-se, portanto, pertinente, segundo as sua palavras, “(...) fazer formações e estar por dentro de tudo o que há de novo, porque se não, ficamos desatualizadas em relação às crianças. (...)”.

Neste sentido, consideramos que é fundamental que o educador adapte a sua prática pedagógica às necessidades e interesses de cada grupo, pois as crianças são todas diferentes e têm características e necessidades diferentes. Assim, cabe ao educador estar atento a cada criança, de modo a conhecê-la melhor e conseguir dar resposta às suas necessidades.

Ao analisar as respostas da educadora podemos constatar que esta se mostra preocupada com os interesses e necessidades das crianças.

2.5.4. Competências a desenvolver nas crianças

Ao questionar a educadora sobre os valores que pretende desenvolver nas crianças esta responde que são: “(...) de partilha (...) de amor-próprio (...) solidariedade (...)”.

Estes valores são extremamente importantes para que a criança tenha um bom desenvolvimento, na medida em que se esta gostar de si, conseguirá respeitar os outros, partilhando o que tem, e sendo solidária com os que mais precisam.

Contudo, só iremos verificar se estas competências foram desenvolvidas, ao longo e no final do ano letivo. Existem muitos indicadores que mostram se a criança desenvolveu determinadas competências. Cabe, então, à educadora observar atentamente as crianças e avaliar todos os dias o comportamento da criança, estando atenta ao *feedback* dos pais, que são igualmente importantes para saber se as crianças evidenciam esses valores em casa. Como podemos verificar nas unidades de sentido que se seguem a educadora está atenta e que dá grande importância ao que os pais transmitem. Senão, vejamos:

“(...) a criança (...) já consegue por ela própria, impor os seus limites, controlar-se em determinadas situações, já percebe que não é através da parte física que vai resolver as suas questões, os seus conflitos. (...) Chega ao final do ano e já consegue ter a sua autonomia na maneira de resolver as coisas, para mim já tem muito valor, é um dos valores que eu observo (...)”.

E acrescenta que, “(...) é importante que os pais [nos] venham dizer os comentários que eles fazem (...) a importância que dão a algumas coisas, a mudança(...)”.

Refere, também, que é bastante gratificante quando verifica que uma criança já dá valor a algo, quando isso não acontecia no início do ano e que, após trabalhar determinado assunto, eles acabam por compreender e interiorizar a sua importância, sendo que muitos ainda chamam a atenção dos pais em casa, como exemplifica:

“(...) Por exemplo, para mim uma criança que hoje não valoriza as plantas que tem em casa (...) que depois chega um certa altura e começa a dizer que rega, que cuida (...) é gratificante para mim, também, eu saber que, por exemplo, a nível da reciclagem que uma criança preocupa-se em chamar a atenção aos pais (...) porque vê que os pais não estão a fazer, por exemplo, este tipo de trabalho (...) de crianças chamarem a atenção...por exemplo, não gostarem que os pais fumem e explicarem e argumentarem aos pais o porquê de não fumar (...) ou outras, por exemplo, que começam a ver as pessoas a atirarem coisas para fora da janela do carro e estão a sujar a cidade e contribuem para a poluição. (...) É também importante para mim saber que eles depois interiorizam (...)”.

A educadora também refere que o trabalho que se encontra a desenvolver é sobre a sustentabilidade e, após todo este processo eles irão interiorizar e, mais tarde, evidenciar as competências que desenvolveram neste campo. Nas suas próprias palavras: “(...) como o nosso trabalho incide sobre a sustentabilidade do planeta, o fundamental é que eles comecem, depois, a dar provas daquilo que têm levado daqui (...)”.

Como podemos verificar nas unidades de sentido acima descritas, a educadora considera de extrema importância o relacionamento com os pais, pois é através deste que tem o *feedback* de algumas das competências que a criança já adquiriu, como é o exemplo das competências que desenvolveu ao nível da sustentabilidade do planeta.

2.6. O relevo atribuído à formação pessoal e social no Projeto Educativo e no Projeto Curricular de Grupo

Esta categoria agrupa duas subcategorias: “Importância atribuída pela instituição à educação para os valores” e “A escolha da *Carta da Terra* para desenvolver a formação pessoal e social”.

2.6.1. Importância atribuída pela instituição à educação para os valores

Como podemos verificar, nos excertos que se seguem, segundo a educadora, a instituição tem “(...) como objetivo trabalhar a sustentabilidade do planeta (...). O que realmente queremos é respeitar a natureza e respeitar o planeta, para que esse planeta possa ter uma sustentabilidade (...)”.

Ao analisar a resposta dada pela educadora, pude constatar que a instituição se preocupa em sensibilizar as crianças para a proteção do planeta, uma vez que este é um bem essencial que devemos respeitar e proteger.

2.6.2. A escolha da *Carta da Terra* para desenvolver a formação pessoal e social

Segundo a educadora, a *Carta da Terra* é a base do PE e a sua adequação à ação educativa desenvolvida deve-se ao facto de a instituição se identificar com os valores contidos na mesma. Como podemos verificar no excerto do seu discurso que se segue:

“ (...) A escolha da *Carta da Terra* foi em primeiro lugar porque nós nos identificamos com os valores de *Carta da Terra*. (...) E como nós nos identificamos com esta problemática, a *Carta da Terra* (...) tem tudo a ver com aquilo que nós acreditamos na nossa instituição (...)”.

Ao explorar a *Carta da Terra*, que defende a ideia que somos cidadãos do planeta, que nos importamos com todo e qualquer ser vivo e ainda com o presente e futuro da Terra, que todos os povos da Terra são irmãos e compartilham a responsabilidade de preservar e melhorar o mundo em que vivemos.

A educadora também menciona que dá grande importância a este documento, como podemos ver:

“(...) Eu, particularmente (...) acredito piamente no que diz a carta da terra (...) acho que é louvável que tenha sido feita a carta da terra, principalmente para as crianças, porque é uma forma de poder trabalhar isso tudo e apostamos em trabalhar (...)”. Porque o objetivo do nosso projeto (...) tem tudo a ver com a sustentabilidade do planeta e com o objetivo final de sermos todos felizes de alguma forma (...) e estarmos numa sociedade mais justa, mais igualitária, uma sociedade (...) em que os valores e amor possam ser a coisa mais importante (...)”.

Com a análise desta subcategoria, consideramos que a *Carta da Terra* é um instrumento adequado para trabalhar determinados valores, na medida em que permite à educadora promover os valores de respeito, pelos outros, pelas culturas, pelos animais, pela natureza e, ainda promove o reconhecimento do local onde vivemos e sensibiliza para a importância dos afetos e dos meios de comunicação.

3. A formação pessoal e social segundo a perspectiva dos pais

O terceiro momento do processo de investigação resultou da análise às respostas obtidas com a aplicação do questionário aos pais/EE, o que nos permitiu saber se estes observam nos seus filhos os valores cívicos que a educadora foi transmitindo ao longo do ano. Sendo assim, esta terceira parte intitula-se “A formação pessoal e social segundo a perspectiva dos pais”.

Este tema é composto pelas questões n.º 3, 3.1, 4 e 5, uma vez que a questão n.º 1 foi para saber a idade e o sexo das crianças e a questão n.º 2 foi utilizada para caracterizar os pais/EE

É importante lembrar que, dos dezasseis questionários entregues apenas doze foram devolvidos e, posteriormente, analisados.

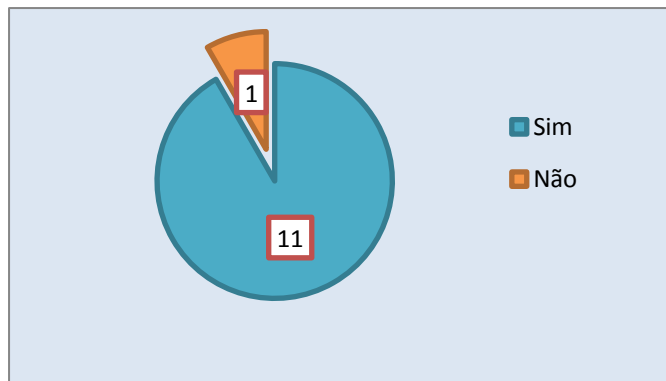


Gráfico 3- Conhecimento dos pais sobre o trabalho desenvolvido pela educadora

No que concerne ao conhecimento dos pais sobre o trabalho desenvolvido pela educadora na área da formação pessoal e social (gráfico 3), podemos verificar que 11 dos pais diz ter conhecimento do trabalho desenvolvido pela educadora, enquanto apenas 1 dos pais refere que não tem conhecimento do trabalho desenvolvido pela educadora.

Na educação pré-escolar é fundamental que o educador estabeleça uma boa comunicação com os pais, pois estes, mais do que ninguém, conhecem muito bem o seu filho e poderão ajudar a educadora a conhecer melhor as crianças. Também as OCEPE, defendem que é importante “incentivar a participação das famílias no processo educativo” (Ministério da Educação, 2007, p. 22).

Neste sentido, quando esta relação se estabelece, os pais acabam por se aproximar mais e interessar-se pelo trabalho que a educadora desenvolve. No caso em presença, podemos verificar que a maioria dos pais conhece o trabalho desenvolvido pela educadora.

A educação pré-escolar complementa a ação educativa da família. Sendo assim, é importante assegurar a articulação entre estes, pelo que quisemos saber de que forma (s) é que os pais têm conhecimento do trabalho desenvolvido pela educadora, pelo que lhes apresentámos diferentes opções de resposta.

No que diz respeito à forma com os pais tomaram conhecimento desse trabalho desenvolvido pela educadora, a partir da análise do gráfico 4 inferimos que 11 dos 12 questionários recebidos mencionam que tomaram conhecimento do trabalho através de conversas estabelecidas com a mesma.

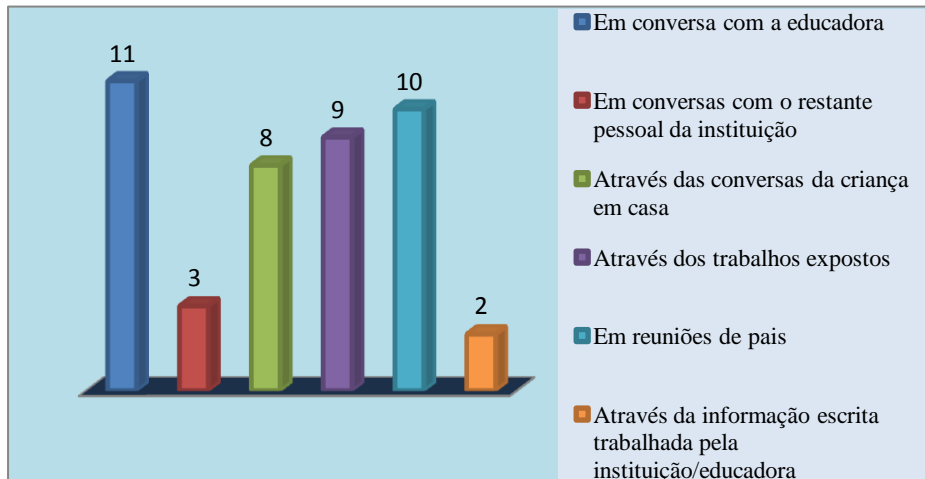


Gráfico 4 - Forma como os pais tomaram conhecimento do trabalho desenvolvido pela educadora

Ainda através da análise do gráfico 4, podemos averiguar que 10 dos pais/EE tomaram conhecimento do trabalho desenvolvido em reuniões de pais; 9 também através dos trabalhos expostos na sala de atividades; 8 deles ainda referem as conversas da criança em casa; e apenas 3 referem que tomaram conhecimento através de conversas com o restante pessoal da instituição, sendo que 2 deles mencionam a informação escrita trabalhada pela instituição e pela educadora.

Com esta análise inferimos que a educadora parece ter uma boa relação com os pais, pois a maioria toma conhecimento do trabalho desenvolvido pela educadora através de conversas com a mesma.

Questionamos ainda os pais, no sentido de saber se estes detetam, em casa, os valores cívicos desenvolvidos no JI. A partir da análise do gráfico 5 apuramos que 11 dos pais afirmam que a instituição desenvolve os valores de autonomia e independência e 9 disseram que desenvolve a preservação e a proteção da natureza. Também com o valor 9, foi assinalado a autossuficiência ao nível das suas necessidades básicas: higiene pessoal, alimentação e partilha.



Gráfico 5 - Os valores que as crianças evidenciam em casa e que poderão ser o resultado do trabalho desenvolvido no JI

Em sete respostas os pais/EE consideram que a instituição desenvolve a cordialidade (saudação, agradecimentos) e o respeito pelo próximo; 6 consideraram a capacidade social e emocional e a responsabilidade; 5 pensam que desenvolvem o conhecimento de si mesmos e do outro e a confiança; 4 mencionam o espírito crítico e a solidariedade e, 3 fazem referência ao amor-próprio.

Após esta análise, consideramos que a maioria dos pais menciona que a autonomia e independência são os valores cívicos que observam nas crianças em casa. É importante salientar que a independência em educação pré-escolar significa dominar determinados saber-fazer, como vestir-se, despir-se, lavar-se, comer, utilizar de forma adequada os talheres, mas, significa, também, manusear de forma adequada os materiais, como, jogos, tintas, pincéis, entre outros. Através desta apropriação a criança irá conquistar a sua autonomia, desenvolvendo a sua capacidade de escolha e tomada de decisão.

Questionámo-los sobre as prioridades pedagógicas evidenciadas no PE, no PCG e na *Carta da Terra*. Os pais optaram pelas hipóteses colocadas, tal como o Quadro 3 no-lo mostra.

Após a sua análise constatamos que a maioria dos pais, 11 neste caso, se apercebem que os seus filhos colocam o lixo no lixo e outros 10 demonstram respeito pela natureza. Também foi respondido por 11 pais que os seus filhos gostam de receber afetos.

Por outro lado, 9 dos inquiridos dizem que os filhos revelam atenção e cuidado pelos animais e revelam atitudes de poupança de água e, ainda, 8 das respostas indicam que os pais detetam que os seus filhos revelam autonomia na realização da sua higiene pessoal e alimentação, revelam atenção e cuidado pelas plantas e revelam respeito pelo que a natureza nos oferece: água, terra, ar e defendem que todos têm direito a esses bens naturais.

Prioridades pedagógicas	Frequência
Coloca o lixo no lixo	11
Gosta de receber e dar afetos	11
Respeita a natureza	10
Respeita o modo como as plantas, os animais e as pessoas vivem (mesmo que lhe pareça estranho ou diferente)	9
Revela atenção e cuidado pelos animais	9
Revela atitudes de poupança de água	9
Revela autonomia na realização da sua higiene pessoal e alimentação	8
Revela atenção e cuidado pelas plantas	8
Revela respeito pelo que a natureza nos oferece: água, terra, ar e defende que todos têm direito a esses bens naturais	8
Respeita as regras de convivência	7
Conhece e valoriza o lugar onde vive e compartilha com os outros o que sabe	7
Revela espírito de partilha e cooperação	6
É independente	6
Demonstra possuir espírito crítico	6
Respeita os sentimentos e as emoções dos outros	5
Reconhece os laços de pertença social e cultural	5
Revela sentimentos de solidariedade	5
Respeita as normas de cidadania	5
Faz a reciclagem	5
Demonstra respeito pelas diferenças culturais (religião, cor, sexo...)	5
Demonstra responsabilidade pelos seus atos e pertences	4
Tem respeito por si e pelos outros	3
Compartilha o que tem e compreende que todos devem ter o que necessitam para viver com dignidade	3
Procura manter todas as suas coisas em ordem	2
Quando entra em conflitos, tente resolver as situações de forma rápida e autónoma	2
Reconhece que todos têm o direito em ir à escola	1
Total	160

Quadro 3 – Princípios pedagógicos enunciadas no Projeto Educativo, no Projeto Curricular de Grupo e na Carta da Terra, que as crianças evidenciam em casa

Ao apresentar algumas dos valores presentes no PE, no PCG e na Carta da Terra constatamos que, sua maioria, os pais verificaram que as crianças já são capazes

de colocar o lixo no lixo. É importante salientar, que o tema do PCG, para este ano letivo, tinha como tema “ Os exploradores cuidam da terra”, permitindo sensibilizar as crianças para a importância da construção de um mundo melhor.

Outra das prioridades pedagógicas a que a educadora atribui grande importância, e que os pais detetaram, são os afetos. Pois quando uma educadora é afetuosa acaba por passar esse sentimento para o grupo. Também é importante referir que através dos afetos a educadora consegue conquistar a confiança das crianças e promover determinados valores.

É ainda de salientar que, algumas das prioridades mais assinaladas encontram-se explícitas na *Carta da Terra*, nomeadamente o respeito pela natureza, pelas plantas, animais, pelos outros e o respeito pelos bens essenciais, como a água. Isto demonstra que o trabalho desenvolvido, tanto pela educadora, como pela instituição, parece estar a resultar e as crianças estão a desenvolver competências que serão fundamentais para o seu futuro.

Com a aplicação deste questionário constatamos que os pais mostram-se atentos ao trabalho desenvolvido pela educadora e pela instituição.

4. Análise de conjunto

Com o intuito de permitir uma visão global da análise dos dados das tabelas de consulta ao PE e ao PCG da Instituição, da entrevista realizada à educadora cooperante, assim como dos questionários realizados aos pais/EE, realizámos uma análise conjunta e mais aprofundada, que visa realçar os aspetos mais significativos de cada um dos momentos de recolha e análise interpretativa dos dados, cruzando a informação dos mesmos.

Os aspetos mais significativos, evidenciados pela análise dos dados das tabelas de consulta do PE e do PCG, surgem da categoria dos fundamentos teóricos de ambos os documentos, que apontam, de forma coerente, quais os valores e intenções educativas, bem como a forma prevista para potenciar esses mesmos valores e intenções.

Deste modo, o que mais se salienta é a importância que a Instituição e a educadora atribuem à formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania, uma vez que mencionam que é importante “promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base nas experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania” (PE, 2009, p. 12), mostrando-se preocupadas com a “formação de um bom cidadão” (PCG, 2011, p. 9).

Para formar este bom cidadão, trabalha-se no sentido de promover valores cívicos, como o respeito pelos outros, pela natureza, bem como desenvolver nas crianças atitudes de autoestima, respeito mútuo e regras de convivência que as ajudem a tornar-se cidadãos tolerantes, organizados, civicamente responsáveis e que participam na construção da sociedade. Isto é, que participem ativamente na vida democrática da sua sala de atividades, através da participação na elaboração das regras, entre outros exemplos.

Na entrevista realizada, a educadora dá extrema importância à formação de bons cidadãos, quando refere que se preocupa com o grupo, pois quer que estes “tenham uma vida harmoniosa, que saibam partilhar, que saibam ser solidários, que saibam ver o mundo de uma maneira melhor, (...) e que contribuam para que esse mundo seja melhor”. Ainda na entrevista, a educadora menciona que pretende desenvolver

competências nas crianças para que estas sejam pessoas responsáveis, que respeitem o outro, a natureza e que tenham uma autoestima positiva”.

Outro aspeto que sobressai é o trabalho desenvolvido com os pais, que se encontra bem explícito no PE, quando é referido que “é nossa intenção trabalhar com todos os parceiros educativos (...família...)”, e no PCG, que indica que este projeto tem como principal objetivo sensibilizar as famílias para a importância da construção de um mundo melhor.

De igual modo, a educadora sublinha, na entrevista, que a Instituição trabalha com os pais os valores de participação, respeito pelos outros e respeito pelas próprias famílias. Destaca, ainda, o trabalho desenvolvido com os pais e a formação dos mesmos, realçando que estes, devido à vida pessoal, acabam por delegar à educadora a função de disciplinar e de estabelecer regras. Daqui surge a necessidade de uma comunicação entre pais e educadora, no sentido de mostrar a melhor maneira de lidar com os seus filhos.

Por outro lado, a educadora parece estar muito atenta às necessidades dos pais, dado que respeita o ritmo de cada família e o seu contexto, a sua cultura, e a sua própria formação pessoal e social, estabelecendo, assim, uma relação de proximidade bastante coerente e deixando-as à vontade para expor qualquer dúvida.

Ainda podemos considerar as respostas que os pais deram quando questionados sobre a forma como têm conhecimento do trabalho desenvolvido pela instituição e pela educadora, em que 11 dos 12 pais questionados responde que tomam conhecimento através de conversas com a educadora e, 8 tem conhecimento do trabalho desenvolvido por meio de conversas com a criança em casa. Isto vem comprovar o que a educadora menciona na entrevista, quando refere que as crianças acabam por levar para casa o que trabalham no JI.

A escolha da *Carta da Terra* é outro aspeto que também é merecedor da nossa atenção, devido ao facto de este ser considerado um suporte de trabalho de toda a Instituição. Segundo o PE, visa a construção de uma sociedade que defende a justiça, a sustentabilidade, a paz, apelando a uma cidadania responsável e ativa. Já o PCG explica que é fundamental respeitar e valorizar as pessoas e a natureza, enumerando os dez princípios básicos desta mesma carta.

Quanto à educadora, ela menciona que acredita piamente no que diz a *Carta da Terra* e que é louvável a sua construção, pois vai ao encontro dos princípios que a Instituição defende e pelas quais se identifica.

É importante destacar que os pais já conseguem detetar nos seus filhos alguns dos valores explícitos neste documento, tais como: colocar o lixo no lixo e receber e dar afetos; o respeito pela natureza; o respeito pelo modo como as plantas, os animais e as pessoas vivem, assim como demonstram atenção e cuidado pelos animais e revelam atitudes de poupança de água. Isso reflete o trabalho desenvolvido pela educadora e pela instituição, nessa mesma área.

Neste sentido, é importante referir que a educadora valoriza muito a formação pessoal e social e, ainda realça que é fundamental trabalhar esta área, uma vez que pretende que as crianças levem, na sua bagagem, bases para que possam ser pessoas responsáveis, autónomas e participativas na vida social.

No que diz respeito às estratégias, podemos apurar que a educadora não utiliza nenhuma estratégia em especial, apenas dá o exemplo e aproveita todas as situações do quotidiano para desenvolver os valores cívicos.

Quanto às competências, que pretende desenvolver nas crianças, são as de amor-próprio, partilha, autonomia e independência, solidariedade, respeito por si e pelos outros. É ainda importante referir que alguns destes valores são detetados em casa pelos pais. De acordo com os questionários realizados aos pais, 11 inquiridos confirmam que a Instituição e a educadora desenvolvem os valores de autonomia e independência; 7 afirmam o respeito pelo próximo e apenas 3 fazem referência ao amor-próprio.

Podemos considerar que a formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania, assume um papel decisivo no desenvolvimento da criança e que todos os intervenientes influenciam esse processo.

Considerações finais

Ao realizar este relatório desejávamos conhecer a importância que a educadora atribui à formação pessoal e social, na sua vertente de educação para a cidadania, numa sala de crianças de 3 anos, identificar as estratégias que a mesma utiliza para promover valores cívicos, e saber se os pais/EE observam, nos seus filhos, os valores cívicos que a educadora foi transmitindo ao longo do ano.

Posto isto, definimos algumas questões que orientam e sustentaram esta investigação:

1. Como é promovida a formação pessoal e social em contexto de JI?
2. Qual a importância que a educadora atribui à educação para a cidadania na sua prática educativa?
3. Quais as estratégias que a educadora utiliza para transmitir os valores cívicos?
4. Quais as competências, em termos de educação para a cidadania, que a educadora pretende promover nas crianças?
5. Os pais conseguem detetar esses valores cívicos nas crianças?

Tendo por base os objetivos e as questões acima mencionados, realizámos e aplicámos os instrumentos de recolha e análise de dados e efetuámos a sua análise interpretativa. Chegámos, portanto, a uma fase onde é importante refletir sobre o processo de investigação e registar algumas considerações, que resumem todo o processo. Sendo assim, iremos apresentar os resultados do estudo; os limites e relevância do mesmo e os contributos da investigação em termos pessoais e profissionais.

Resultados do estudo

Para atingir os objetivos inicialmente propostos e dar resposta às questões de pesquisa, optámos por realizar uma investigação de carácter exploratório, baseada em

procedimentos interpretativos, que se centraram na prática pedagógica, no contexto da PES.

No decorrer deste processo, recorremos a três técnicas de recolha de dados, que se concretizaram em três momentos diferentes: a análise documental, a entrevista e o questionário.

A informação recolhida da análise documental e das entrevistas foi sujeita a uma análise de conteúdo. É importante mencionar que, só após analisar o conteúdo dos documentos, se procedeu à elaboração da entrevista e que, seguidamente à análise desta, procedemos à construção do questionário, em que os dados foram sujeitos a tratamento estatístico.

O JI é uma organização social que proporciona às crianças as suas primeiras experiências de vida democrática, formando-as a nível pessoal e social. Vasconcelos (2007, pp. 112) defende que “o jardim-de-infância, formando as crianças a nível pessoal e social, educando o seu sentido ético e estético, prepara-as para uma efectiva prática de cidadania” uma vez que neste contexto elas,

“aprendem a importância do respeito, como é difícil negociar diferentes pontos de vista mantendo a amizade, aprendem acerca da diversidade e da igualdade de oportunidades, da paridade entre os sexos, da diversidade de culturas, da importância de cuidar do ambiente e da saúde, interiorizando um sentido de responsabilidade social” (Vasconcelos, 2007, pp. 112-113).

Sendo a educação para a cidadania uma das vertentes da formação pessoal e social, podemos concluir que esta é fundamental para a formação de bons cidadãos, uma vez que desenvolve, nas crianças, inúmeras competências pessoais, sociais, morais, entre outras.

Por outras palavras, consideramos que a educação pré-escolar foi criada não para escolarizar precocemente, mas sim com o intuito de formar e preparar as crianças para a vida social, tendo por base o processo de socialização da mesma. Aqui elas, também, aprendem aprendendo.

Podemos concluir que, através da análise documental realizada ao PE e ao PCG, a área da formação pessoal e social tem um grande relevo, pois a instituição valoriza muito esta vertente e preocupa-se com a formação das suas crianças.

A instituição apresenta, ainda, como prioridade educativa; a educação para os valores; a educação para a cidadania; desenvolver nas crianças atitudes de autoestima, respeito mútuo e regras de convivência que contribuam para a sua educação como

cidadãos tolerantes, autônomos, organizados e civicamente responsáveis; educar para a prevenção dos problemas ambientais e para proteger e recuperar a integridade dos sistemas ecológicos da terra; desenvolver o espírito de partilha e cooperação; e respeitar as diferenças pessoais, respondendo à diversidade (diferentes ritmos de aprendizagem, vivências sociais e culturais) (PE, p.17).

Consideramos que todas estas prioridades são importantíssimas para o desenvolvimento da criança.

Outro aspeto que a acentua a importância que a instituição dá à formação pessoal e social, é o facto de esta ter escolhido a *Carta da Terra* como base de trabalho para este ano.

Também a educadora, através do que descreve no PCG, dá grande importância à formação pessoal e social, visto que esta pretende realizar “atividades que visam incutir valores e atitudes que permitam desenvolver um ser humano completo e solidário” (PCG, p. 13).

É importante referir que a “relação que o educador estabelece com cada criança, a forma como valoriza e respeita, estimula e encoraja os seus progressos” (Ministério da Educação, 2007, pp. 52) e, ainda, contribuem para uma maior auto-estima da mesma. O processo de construção de um autoconceito positivo requer um apoio no processo de crescimento que, posteriormente irá desenvolver a autonomia e independência de cada criança e do grupo.

O educador, como agente educativo que complementa a ação educativa da família, desempenha um papel fundamental, uma vez que este é um modelo de referência para a criança. Deve, ainda, respeitar, valorizar, estimular e encorajar os seus progressos, tendo sempre presente as suas características, necessidades e interesses, de forma a conseguir promover atividades que desenvolvam a aquisição de valores cívicos, trabalhando, do mesmo modo, a formação pessoal e social.

Tendo por base a entrevista realizada à educadora, podemos concluir que a formação pessoal e social é bastante valorizada, na medida em que esta refere que temos de estar conscientes que o nosso trabalho é formar outros seres humanos/cidadãos conscientes, que se respeitam a si próprios, aos outros, que tenham uma autoestima positiva, sejam afetivos, expressivos e livres, para que possam expressar as suas opiniões, participando na vida democrática da sua sociedade.

Outro ponto que sobressai são as estratégias que a educadora utiliza e as competências que pretende transmitir. Quanto às estratégias para promover valores

cívicos, a educadora menciona que não existem momentos específicos para desenvolver os valores, pois podemos aproveitar todos os momentos do cotidiano, desde o momento que a criança chega à escola até ao momento que se vai embora, encontrando-se em constante processo de aquisição de valores.

Deste modo, cabe ao educador estar atento e ter intencionalidade educativa, com a finalidade desenvolver na criança as seguintes competências: a capacidade para partilhar, respeitar o próximo, resolver os seus problemas/conflitos e aumentar a sua autonomia, entre outros.

A educadora também faz alusão ao trabalho que desenvolve com os pais referindo, que, muitas vezes, eles “acham graça” à maneira como resolve determinados problemas no JI ou, até mesmo, como aborda determinados temas. Esta informação chega aos pais através das crianças ou em conversas que a educadora estabelece com os mesmos.

A ligação que os pais estabelecem com a instituição é fundamental para o desenvolvimento da criança, pois consideramos que “os pais são os principais responsáveis pela educação das suas crianças têm também o direito de conhecer, escolher e contribuir para as respostas educativas que desejam para os seus filhos” (Ministério da Educação, 2007, p. 43).

A família é o primeiro contexto de socialização da criança. É aqui que esta desenvolve a maioria dos seus valores e é, também, o primeiro exemplo de participação na vida cívica e o responsável pela inserção social da criança.

Através da aplicação dos questionários aos pais podemos apurar que a maioria tem conhecimento do trabalho que a educadora desenvolve a nível da formação pessoal e social. Isto mostra que os pais são bastante participativos e tentam saber o que os seus filhos fazem na sala de atividades. Quanto à forma como o sabem, é através das crianças que contam em casa o que fazem e através de conversas com a educadora.

Também neste questionário os pais tiveram de assinalar os valores cívicos e as prioridades pedagógicas que detetam nos seus educandos.

As opções que tiveram maior frequência foram a autonomia e a independência, a partilha, o colocar o lixo no lixo, o gostar de receber e dar afetos e o respeito pela natureza.

Em síntese, a formação pessoal e social tem um papel decisivo na vida da criança, pois é através desta, que desenvolve o espírito crítico, interioriza e vivencia valores morais e cívicos.

Através do trabalho desenvolvido nesta área, promovem-se atitudes e valores que capacitam a criança para resolver os seus problemas, desenvolve-se a sua autonomia e a solidariedade, tornando-a num cidadão consciente, independente, livre e solidário.

Sendo esta uma área transversal, podemos explorar e desenvolver diversos conteúdos de diferentes áreas, tendo sempre presente a ideia de que estamos a formar cidadãos e que todos os momentos constituem uma oportunidade para promover valores, que acompanharão a criança para o resto da vida.

Remetendo à educação para a cidadania, esta revela-se essencial, uma vez que permite educar para o amor, a amizade, as relações interpessoais harmoniosas, a compreensão do valor das coisas, o conhecimento das culturas, os seus valores, o desenvolvimento do respeito pelas diferenças e a educação para a participação na vida democrática do seu grupo.

Limites e relevâncias do estudo

No decorrer da realização deste trabalho de investigação deparámo-nos com algumas dificuldades que, com a ajuda das orientadoras, da educadora e do professor da unidade curricular de formação pessoal e social, rapidamente foram superadas.

Uma das dificuldades sentidas, ao longo deste processo, foi relativamente ao tema do relatório, que desde logo foi um grande desafio, dada a sua complexidade.

Todavia, gostámos imenso do tema e identificámo-nos com ele. Foi algo que nos fascina. Pensamos que isso se deve à nossa educação e cultura, pois os nossos pais transmitiram-nos valores que considero bastante importantes e que, agora, se estão a perder com as várias crises sociais e económicas que estamos a viver.

Outra dificuldade sentida, foi na construção dos instrumentos de recolha de dados, dado que estes foram construídos e utilizados em momentos diferentes e que dependiam uns dos outros, ou seja, tivemos alguma dificuldade em seguir um fio condutor, que ligasse todos os instrumentos demorando, assim, mais tempo até à aplicação dos mesmos.

De entre os aspetos mais relevantes, destacamos a partilha, as relações que se estabeleceram entre os vários intervenientes, a cooperação e as conquistas que permitiram alargar os nossos conhecimentos e crescer a nível pessoal e profissional.

Contributos da investigação em termos pessoais e profissionais

A realização do presente estudo foi bastante enriquecedora a todos os níveis, pois este foi feito com bastante gosto e dedicação, apesar das muitas dificuldades sentidas durante todo o processo. Contudo, durante este processo crescemos muito, tanto a nível pessoal como profissional, na medida em que nos permitiu desenvolver inúmeras competências a nível da formação pessoal e social, que serão bastante úteis para o futuro.

Assim, podemos afirmar que o presente estudo contribuiu para aprofundar os nossos conhecimentos no âmbito da formação pessoal e social, conhecimentos esses que irão contribuir para a consciencialização da importância desta temática nos dias de hoje.

Concluimos, assim, que a área de formação pessoal e social tem um papel muito importante e marcante ao longo da vida da criança. Pois é, durante a educação pré-escolar, que esta vivencia as suas primeiras experiências sociais, integrando-se na sociedade como um ser autónomo, livre e solidário. Ao desenvolver esta mesma área irá compreender melhor os valores e regras da sociedade.

Pistas de trabalho e ação

De acordo com os resultados do presente estudo, considerou-se importante apresentar algumas pistas de trabalho e de ação, que se destacaram como essenciais para o desenvolvimento da formação pessoal e social da criança em idade pré-escolar e que serão uma mais-valia para esta investigação.

Neste sentido, considerou-se que seria relevante realizar uma observação naturalista, a fim de saber quais os valores e as estratégias que a educadora utiliza na sua prática e, deste modo confortar os dados obtidos na observação com os dados obtidos na análise documental do PE, do PCG e com os dados obtidos na entrevista.

Referências Bibliográficas

- Andrade, J. V. (1992). *Os Valores na Formação Pessoal e Social*. Lisboa: Texto Editora.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições 70.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bruner, J. (1997). *Actos de significado: para uma psicologia cultural*. Lisboa: edições 70.
- Candeias, M. (2004). A importância do jardim de infância na formação pessoal das crianças, numa perspectiva de educar para a cidadania. *Itinerários: Revista do Instituto Superior de Ciências Educativa*, n.º 10: 209-210.
- Carmo, H. e Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia de Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Figueiredo, I. (1999). *Educar para a Cidadania*. Porto: Edições ASA.
- Formosinho, J., Campos, H., Haste, M., Diaz-Aguado, R., Marques, M., Veiga, M. & al (1992). *Formação Pessoal e Social*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Fortin, M.-F. (1996). *O Processo de Investigação: Da concepções à realização*. Loures: Lusociência.
- Garcia, M. (2009). *Pais e Valores: um estudo no pré-escolar*. Tese de Mestrado em Formação Pessoal e Social. Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências, Lisboa.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora LDA.
- Horta, M. H. (2006). *A abordagem à escrita na educação pré-escolar: Representações das educadoras de infância cooperantes*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação na Especialização em Educação de Infância. Universidade do Algarve. Faro, 216 pp.
- Horta, M. H. (2007). *A abordagem à escrita na educação pré-escolar: que realidade?* Penafiel: Editorial Novembro.

- Kamii, C. (1996). *A Teoria de Piaget e a Educação Pré-Escolar*. (2.º Edição) Lisboa: Instituto Piaget.
- Leite, C., & Rodrigues, M. d. (2001). *Jogos e Contos numa Educação para a Cidadania*. Lisboa : Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional .
- Lessard-Hebert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Epistemologia e Sociedade : Lisboa .
- Lourenço, O. M. (1998). *Psicologia de desenvolvimento Moral: Teoria, dados e implicações*. (2.º Edição) Coimbra: Livraria Almedina.
- Ludovico, O. (2008). O projecto curricular de grupo. *Cadernos de educação de infância*, 84, 34-36.
- Marques, R. (1995). *Educação Cívica e Desenvolvimento Pessoal e Social: Objectivos, Conteúdos e Métodos*. Lisboa : Texto Editora.
- Marques, R. (2002). *Valores Éticos e Cidadania na Escola*. Lisboa : Editorial Presença
- Menezes, I. (1999). *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Edições ASA.
- Ministério da Educação. (1998). *Qualidade e projecto na educação pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação/ Departamento da Educação Básica .
- Ministério da Educação. (2007). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. 3.ª edição, Lisboa: Editorial do Ministério da Educação- Departamento da Educação Básica.
- Ministério da Educação. (2010). *Metas de aprendizagem para a Educação Pré-escolar*. Lisboa : Ministério da Educação/ Departamento da Educação Básica.
- Moita, M. C. (2006). *Formação Pessoal e Social na Educação de Infância: Interrogações e perspectivas*. Conferência proferida no IV Congresso da Texto Editora, Setembro de 2006.
- Morin, E. (2000). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. S. Paulo: Cortez Editora.
- Muccielli, R. (1979). *O questionário na pesquisa psicossocial*. São Paulo: Livraria Martim Fontes Editora.
- Pacheco, J. A. (1995). *O pensamento e a acção do professor*. Porto : Porto Editora .
- Pires, M. I. (2007). *Os Valores na Família e na Escola: Educar para a Vida*. Lisboa : Celta.
- Portugal, G & Laevers, F.. (2010). *Avaliação em Educação Pré-Escolar: Sistema de Acompanhamento das Crianças*. Porto: Porto Editora.

- Quivy, R., & Campenhoud, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa : Gradiva .
- Sarmiento, M. J. (2006). *A Construção Social da Cidadania na Infância*. Conferência proferida no IV Congresso da Texto Editora. Setembro de 2006.
- Shaver, J. P. & Strong, W. (1977) – *Facing Value Decisions – Rationale- Building for Teachers*, Teachers College, Columbia University, New York, pp.17- 36.
- Serrano, P. (2004). *Redacção e apresentação de trabalhos científicos*. (2.º Edição). Sta. Maria da Feira: Relógio D´Água.
- Reis, P. (2000). Educação para a Cidadania através do desenvolvimento de capacidade de cooperação. *Cadernos de educação de infância*, 56, 14-15.
- Ribeiro, M. C.; Freire-Ribeiro, I. & Queirós, T. (2008). *Cidadania e educação nos discursos e práticas das educadoras: estagiárias de Educação de Infância*. Acedido em 17.05.2012, em https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/4605/1/2008%20IEC_Paper.pdf
- Tavares, J., & Alarcão, I. (1992). *Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Valente, M. O. (s.d.) O Currículo no Ensino Básico - Globalizar, integrar, adequar e flexibilizar. In C.V. Freitas, C. Leite & J.C. Morgado (Eds.). *Reorganização curricular do Ensino Básico* (pp. 7-15). Porto: CRIAPE.
- Vasconcelos, T. (2005). *Das Casas de Asilo ao Projeto de Cidadania: Políticas de Expansão da Educação de Infância em Portugal* . Porto: Edição Asa.
- Vasconcelos, T. (2007). A Importância da Educação na Construção da Cidadania. *Revista Saber (E) Educar*, 109-117.
- Vygotsky, L. S. (1998). *A Formação Social da Mente*. (6.ª Ed., 4.ªTri.). São Paulo: Martins Fontes.
- Weiten, W. (2002). *Introdução à Psicologia – temas e variações*. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning.
- Zabalza, M. A. (1998). *Qualidade em Educação Infantil*. Porte Alegre: ARTMED.

Documentos consultados:

- Projeto Educativo (2009/2012).
- Projeto Curricular de Grupo (2011/2012).

Legislação Consultada:

Constituição da República Portuguesa, N.º 155 - 12 de Agosto de 2005.

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-escolar.